

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Marco Aurélio Saraiva Carvalho

**CONVÍVIO FAMILIAR E INSTITUCIONALIZAÇÃO: vivência de jovens em um
acolhimento em Repúblicas**

Belo Horizonte

2021

Marco Aurélio Saraiva Carvalho

**CONVÍVIO FAMILIAR E INSTITUCIONALIZAÇÃO: vivência de jovens em um
acolhimento em repúblicas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Psicologia

Orientadora: Dra. Laura Cristina Eiras Coelho
Soares

Belo Horizonte

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

150 C331c 2021	Carvalho, Marco Aurélio Saraiva. Convívio familiar e institucionalização [manuscrito] : vivência de jovens em um acolhimento em repúblicas / Marco Aurélio Saraiva Carvalho. - 2021. 78 f. Orientadora: Laura Cristina Eiras Coelho Soares. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Inclui bibliografia. 1. Psicologia – Teses. 2. Juventude - Teses. I. Soares, Laura Cristina Eiras Coelho . II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.
----------------------	---

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - Bibliotecária - CRB-6/1390

FOLHA DE APROVAÇÃO

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA	
---	---	---

FOLHA DE APROVAÇÃO

CONVÍVIO FAMILIAR E INSTITUCIONALIZAÇÃO: vivência de jovens em um acolhimento em repúblicas

MARCO AURÉLIO SARAIVA CARVALHO

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em PSICOLOGIA, área de concentração PSICOLOGIA SOCIAL, linha de pesquisa Cultura, Modernidade e Processos de Subjetivação.

Aprovada em 12 de agosto de 2021, pela banca constituída pelos membros:

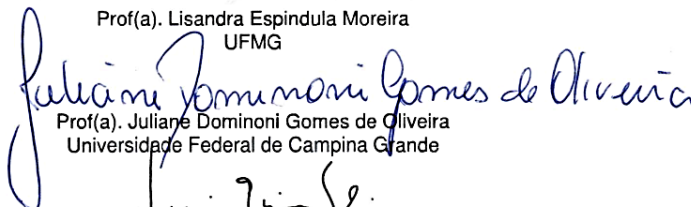
Laura Cristina Eiras Coelho
Soares:02404930796
Prof(a). Laura Cristina Eiras Coelho Soares - Orientador

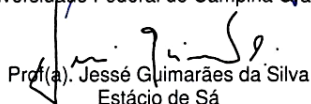
Assinado de forma digital por Laura Cristina Eiras
Coelho Soares:02404930796
Dados: 2021.08.12 10:41:12 -03'00'

Lisandra Espindula
Moreira:94678820000

Assinado de forma digital por Lisandra
Espindula Moreira:94678820000
Dados: 2021.08.12 12:37:11 -03'00'

Prof(a). Lisandra Espindula Moreira
UFMG


Prof(a). Juliane Dominoni Gomes de Oliveira
Universidade Federal de Campina Grande


Prof(a). Jessé Guimarães da Silva
Estácio de Sá

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2021.

A titia Cláudia e Mãezona Maria, viva
em nossos corações

AGRADECIMENTOS

A Dra. Laura Cristina Eiras Coelho Soares agradeço pela orientação e por todos os ensinamentos. Sem ela essa trajetória não seria tão linda, trabalhosa e prazerosa.

A CAPES agradeço pela concessão de bolsa que permitiu minha dedicação integral aos estudos e à pesquisa.

Aos meus amigos agradeço a facilidade com que transformam tristeza em alegria e noite de jogos e leituras.

Agradeço em especial a Jacqueline Saraiva Carvalho por me trazer ao mundo e me manter nele com muita alegria e companheirismo.

A Denis Ferreira da Cruz agradeço por ser um amigo que não cabe em palavras, e por proporcionar diversas risadas no dia.

Aos colegas e amigos de pós-graduação agradeço por crescermos juntos como pesquisadores, profissionais e pessoalmente, pois nada se faz sozinho.

Aos meus irmãos e família agradeço por trabalharmos juntos em prol do bem de todos mesmos com nossas diferenças.

A Thays Costa agradeço por colorir os dias cinzas da Pandemia, e por trazer sorrisos e alegria.

RESUMO

O presente trabalho abordou o tema vivência familiar de jovens que possuem longas trajetórias em instituições de acolhimento e que, atualmente, acessam a política de acolhimento em repúblicas em uma capital do sudeste brasileiro. Essa instituição se insere com o intuito de acolher jovens que completaram 18 anos no acolhimento e possuem vínculos familiares fragilizados ou inexistentes, tendo por intuito promover a autonomia dos acolhidos e, caso possível, a retomada desses laços. Entretanto, para compreender os vínculos familiares dos sujeitos que vivenciaram longos períodos de institucionalização e que, atualmente, acessa a política de acolhimento em repúblicas, o presente trabalho se dividiu em dois artigos. O artigo 1, de natureza teórica, teceu considerações sobre as políticas de acolhimento institucional - específico as Repúblicas - ao debater sobre raça, racismo, juventude e a Assistência Social, situando a reflexão proposta com o cenário da Pandemia do novo Coronavírus Sars-Cov-2, causador da doença COVID-19. Essa discussão foi realizada por meio de busca não sistematizada de estudos sobre o tema, dado a escassez de estudos encontrados em um levantamento prévio de bibliografia sobre o acolhimento em Repúblicas. O artigo 2 - parte do trabalho de campo – teve como metodologia a história oral de vida em articulação com a história oral temática. A partir desse método foi abordado a trajetória de jovens que acessam a política de República com enfoque na temática da convivência familiar. Por meio dos relatos pretendeu-se problematizar essas trajetórias em uma discussão para além do espaço do acolhimento. Dessa forma, a partir da análise de conteúdo temática foram discutidos os vínculos familiares, as trajetórias desses jovens durante o acolhimento institucional e atualmente nas Repúblicas e os impactos provocados pela Pandemia de COVID-19 nessas vivências. Diante do exposto, situamos a pesquisa qualitativa desenvolvida no contexto de Pandemia com suas possibilidades e entraves, sinalizando a necessidade de cuidados éticos em investigações com temáticas sensíveis aos participantes e, também, buscamos contribuir para o debate sobre essa política socioassistencial.

Palavras chave: Juventudes; Repúblicas; Acolhimento; Raça; Autonomia.

ABSTRACT

The present work addressed the family experience of young people who have long trajectories in host institutions and who, currently, access the host policy in republics in a capital of Southeast Brazil. This institution is inserted with the aim of welcoming young people who have completed 18 years in reception and have weak or non-existent family bonds, with the intention to promote the autonomy of the welcome and, if possible, the resumption of these ties. However, in order to understand the family ties of the subjects who experienced long periods of institutionalization and that, currently, it accesses the reception policy in Republics, the present work was divided into two articles. Article 1, of theoretical nature, wove considerations on institutional host policies - Specific republics - to debate about race, racism, youth and social assistance, placing the proposed reflection with the pandemic scenario of the new Coronavirs SARS-COV- 2, causing the disease Covid-19. This discussion was carried out by means of unsistive search for studies on the subject, given the scarcity of studies found in a prior survey of bibliography on the host in republics. Article 2 - part of the field work - had as methodology oral history with the junction of the oral history of life and oral history thematic history. From this method it was addressed the trajectory of young people who access the Policy of Republic with a focus on the theme of family coexistence. Through reports it was intended to problematize these trajectories in a discussion beyond the space of the reception. Thus, from the analysis of thematic content were discussed the family links, the trajectories of these young people during the institutional reception and currently in the republics and the impacts caused by the pandemic of Covid-19 in these experiences. Faced with the foregoing, we place the qualitative research developed in the context of pandemic with its possibilities and obstacles, signaling the need for ethical care in investigations with participants sensitive to participants and, also, we seek to contribute to the debate on this socio-medial policy.

Keywords: youth. Republics. Reception. Breed. Autonomy.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. METODOLOGIA	12
2.1 Coleta de dados	12
2.2 Análise dos dados	16
3. ARTIGO 1: JUVENTUDES E ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM REPÚBLICAS: a Psicologia no enfrentamento das desigualdades raciais e sociais.	18
RESUMO	18
ABSTRACT	19
3.1 Introdução	20
3.2 Caminhos e percalços metodológicos	22
3.3 A juventude na rede de proteção socioassistencial	23
3.4 Raça e racismo: uma discussão necessária para a Psicologia no campo da juventude.	26
3.5 Considerações finais	28
3.6 Referências bibliográficas	30
4. ARTIGO 2: ANOS PERDIDOS: Pandemia e Política Socioassistencial com jovens acolhidos em Repúblicas	34
4.1 Metodologia	36
4.1.1 Pesquisar na Pandemia: (im)possibilidades e reflexões sobre o pesquisar	41
4.2 Resultados e Discussões	44
4.2.1 Categoria 1: Dificuldade/sofrimento de falar sobre sua história	44
4.2.2 Categoria 2: Vínculos familiares	47
4.2.3 Efeitos da COVID-19 na convivência familiar, comunitária e trabalho	52
4.2.4 Transição para as Repúblicas	54
4.3 Considerações finais	57
4.4 Referências bibliográficas	60
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS GERAIS	66
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS GERAIS	69
APÊNDICE A – SITES PESQUISADOS DAS CAPITAIS BRASILEIRAS	76
APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	77

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve por objetivo problematizar as políticas socioassistenciais voltadas para a juventude e suas famílias, em específico, buscou abordar a vivência familiar dos jovens que possuem em suas trajetórias longos períodos de institucionalização e que atualmente acessam a política de acolhimento em República em uma capital do Sudeste Brasileiro. Essa investigação se torna pertinente a começar com a história do país, que com a promulgação da Constituição Federal de 1988, resultado da unificação de diversos movimentos populares que articularam a luta pelos direitos das crianças e dos adolescentes (Constituição Federal do Brasil, 1988). Esses movimentos culminaram também, em 1990, na homologação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promovendo a mudança da criança e adolescente como objeto de tutela para sujeito de direitos e criando um sistema de justiça para a infância e juventude (Lei nº8.069, 1990). A partir dessa realidade sócio legislativa, investimentos do Estado foram feitos em torno da Assistência Social como um direito do cidadão e dever do Estado, que é reafirmado em 1993 com a criação da Lei Orgânica de Assistência Social (Lei nº8.742, 1993) e com o Plano Nacional de Assistência Social (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004) que cria diretrizes e instituições para operacionalizar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A atuação do Psicólogo no SUAS, que é elencado como um profissional que deve compor a equipe técnica, aciona diversas discussões, tais como a operacionalização dessa política, o trabalho nas instituições, o arcabouço teórico utilizado na atuação, o que é a rede de assistência social, e qual a população que acessa esses serviços. Tendo como enfoque os direitos das crianças e adolescentes, e as instituições de acolhimento como um desses dispositivos do SUAS, existe uma situação paradoxal, pois ao mesmo tempo em que a rede se insere como garantia de direitos às famílias e aos acolhidos, também fragiliza os vínculos familiares e, em muitos casos, perpetua as condições de violação de direitos sofridas que contribuíram para a situação de acolhimento (Azôr e Vectore, 2005)

Esse quadro ocorre por diversos motivos, tais como: longos períodos de institucionalização dos acolhidos (Siqueira, 2010); descontinuidade das ações institucionais e da rede, que se modificam conforme a mudança de gestão e cortes de verba (Soares e Souza, 2016); as diferentes concepções do que é garantia de direitos e promoção do convívio com a família de origem (Soares, Souza e Cardoso, 2015), dentre outros. Um estudo que analisou a atuação dos psicólogos na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) indicou relatos profissionais, tanto de psicólogo quanto de gestores, mais voltados para atuações técnicas e

pontuais em uma situação-problema, o que repercute no esvaziamento do enfoque na questão política e, também, apresentou a falta de articulação do trabalho em rede (Macêdo e Alberto, 2018).

Essa situação pode se agravar com mudanças legislativas como a promulgação da Lei nº 13.509, que diminui o tempo máximo de permanência no acolhimento institucional, mas não sugere intervenções para situar esse período como provisório na trajetória do sujeito (Lei nº 13.509, 2017). Além disso, o levantamento de Cassarino-Perez, Córdova, Montserrat e Sarriera (2018) indicou a lacuna de estudos sobre projetos que auxiliem o jovem na construção de sua autonomia após desligamento do acolhimento. Dessa forma, em sintonia com a escassez de pesquisa no campo após resultados do levantamento bibliográfico realizado, sinaliza-se a necessidade de produção científica sobre o tema de forma a fundamentar intervenções efetivas de garantia de direitos, e como o convívio familiar, muitas vezes, não é garantido para essa população, se situa nessa dinâmica (Soares e Chaves, 2020). Uma dessas tentativas, em uma cidade do Sudeste brasileiro, foi a criação de uma instituição de acolhimento em Repúblicas para jovens de 18 a 21 egressos do Acolhimento Institucional e que se encontram com vínculos familiares extremamente fragilizados ou inexistentes (Diário Oficial do Município, 2018).

Dessa forma, tem-se por objetivo, conhecer como ocorre o convívio familiar dos jovens que vivenciaram longos períodos de institucionalização e que, atualmente, acessam a política de acolhimento em Repúblicas. A partir da problematização do conceito de juventude e como ele incide nas práticas socioassistenciais de acolhimento, situamos a política a partir da Pandemia de COVID-19, bem como os atravessamentos de raça e classe que permeiam suas práticas. Com isso, objetivamos conhecer marcos regulatórios, bem como estudos da Psicologia que dispõem sobre o direito à convivência familiar em situações de acolhimento institucional e acolhimento em Repúblicas. Com o intuito de identificar como os jovens estruturam os vínculos familiares e a composição de sua rede familiar, além da promoção desse direito durante essas trajetórias, foi realizado a pesquisa de campo. A partir do método História Oral, do gênero história de vida e temático (Meihy e Holanda, 2007; Alberti, 2013), foram abordados o vínculo e a composição familiar dos jovens que atualmente acessam a política de República. Por fim, o presente trabalho visou contribuir para as políticas de promoção e de garantia de direitos infanto-juvenis e para uma atuação ética, técnica e política da Psicologia no campo da Assistência Social.

A dissertação organiza-se em dois artigos. No artigo 1 tecemos contribuições teóricas para a política de acolhimento em Repúblicas a partir de um levantamento de estudos sobre o campo (Ribeiro, 2008; Carvalho, 2015; Pereira Junior e Colares, 2019; Cassarino-Perez et al,

2018) e, dada a escassez de trabalhos, optamos por uma busca não sistematizada de materiais que perpassam o debate sobre as políticas de acolhimento. Portanto, o artigo problematizou o conceito de juventude (Kehl, 2004; Groppo, 2000; Abramo e Branco, 2005; Novo e Menandro, 2000; Almeida et. al, 2008), sua relação com as políticas públicas endereçadas a essa população (Coimbra, 2000; Perez e Passone, 2000, Assis e Farias, 2013; Martins e Mota, 2019; Rizzini, 2003). Além disso, devido ao fato de que há a predominância no acolhimento institucional de jovens pardos e negros (Mariano e Rossetti-Ferreira, 2008; Assis e Farias, 2013) situamos como a raça e o racismo atravessam as políticas socioassistenciais (Santos, Santos e Borges, 2005; Mbembe, 2018^a; Almeida, 2018; Schucman e Martins, 2017; Mbembe 2018b, Conselho Federal de Psicologia, 2017). Por fim, situamos a Assistência Social na Pandemia de COVID-19 e seus impactos na política (Vargas e Burocracia, 2020; Conselho Federal de Psicologia, 2020; Conselho Federal de Psicologia-MG, 2020; Fundação Oswaldo Cruz, 2020).

No artigo 2 foi abordado os resultados da parte de campo desenvolvida durante o mestrado, focando nos relatos das trajetórias dos jovens que acessam a política de república e sua análise por meio da Análise de Conteúdo Temática (Gomes, 2012). Dessa forma, pretende-se relacionar essas trajetórias e sua dinâmica com a desigualdade, de forma a elucidar suas relações na promoção e na vivência do convívio familiar (Líbio e Zacharias, 2017) e nas possibilidades desses vínculos (Fonseca, 2004; Sarti, 2011). Além disso, o artigo também abordou as trajetórias metodológicas frente a situação de Pandemia

O pré-campo na instituição de acolhimento em República foi realizado por meio de duas reuniões com a Coordenadoria e com a Assistente Social. Após esses encontros, que tiveram por intuito conhecer sobre a política e apresentar a proposta de pesquisa, obtivemos o aceite da instituição por meio da assinatura do Termo de Concordância, que se encontra em Apêndice B.

2. METODOLOGIA

2.1 Coleta de dados

O objetivo da Dissertação é problematizar as políticas socioassistenciais voltadas para a juventude e suas famílias e, em específico, abordar a vivência familiar dos jovens que possuem em suas trajetórias longos períodos de institucionalização e que atualmente acessam a política de acolhimento em República. Para alcançar tal objetivo é importante compreender os vínculos familiares na trajetória de vida desses jovens, inclusive sinalizando possibilidades de laços e trajetórias (Fonseca, 2004; Sarti, 2011). Para obter a ótica desse sujeito, que tem sua trajetória de vida intermediada por instituições de acolhimento e suas práticas, optou-se pelo

relato por meio da metodologia de História Oral (Rizzini, Castro e Sator, 1999, Alberti, 2013). Segundo Meihy e Holanda (2007) a utilização da história oral como método tem por objetivo colocar os relatos, que dizem respeito a experiência social de pessoas e de grupos, como epicentros de análise, de forma que “o tema proposto em história oral deve apontar sua relevância e a possibilidade de políticas públicas (Meihy e Holanda, 2007, p. 47). O diário de campo (Freitas e Pereira, 2018) também foi utilizado, contendo as impressões do contato com a equipe técnica do local e com os jovens acolhidos, bem como sobre o fazer pesquisa durante a Pandemia COVID-19 e as mudanças metodológicas realizadas para evitar o contágio de todos os envolvidos.

A Psicologia Social possui a prerrogativa de se preocupar com as implicações sociais da produção científica e de trazer a vivência social sob diversas óticas, inclusive de grupos minoritários (Lane, 2003). Dessa forma é possível evidenciar, por meio do indivíduo, os determinantes históricos e sociais que regem suas relações e a partir destas pensar no conhecimento científico enquanto agente de mudanças sociais, já que quando o sujeito diz sobre si ele também traz o contexto em que se insere (Lane, 2003). A partir desse referencial teórico, o campo da Psicologia Jurídica em interface com a Psicologia Social (Soares e Moreira, 2020) problematiza as decisões judiciais bem como o acesso a população ao Sistema de Justiça. Dessa forma, a Psicologia Jurídica também se estende ao Sistema Único de Saúde, ao SUAS, dentre outras redes.

Por meio desse campo nos atentamos para uma questão contemporânea no que diz respeito ao modo como o sistema judiciário aborda as classes populares, e como o sujeito se organiza na busca por direitos (Soares e Moreira, 2020). Além disso, diz respeito também à elucidação das possibilidades de exercício de autonomia, enquanto liberdade política, que é a capacidade de exercer direitos, e da igualdade social, enquanto capacidade de gozar de tais direitos e como esses se inserem na questão racial (Schucman e Martins, 2017).

Como exemplo citamos o estudo de Almeida, Soares e Gianordoli-Nascimento (2019) que retratou o conceito de negligência enquanto justificativa para diversas práticas endereçada as famílias de classes populares em um serviço do Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS). Por meio desse estudo foram demonstradas diversas variáveis que norteiam tanto a garantia de direitos das famílias, quanto o controle e a exclusão social que podem culminar no acolhimento institucional. Dessa forma, o conceito de negligência se faz presente nas políticas que atingem essas famílias antes da institucionalização de seus filhos, inclusive justificando sua inserção no sistema judiciário e perpassando a discussão sobre garantia e violação direitos.

Outro exemplo é o trabalho de Fávero, Vitale e Baptista (2008) em instituições de acolhimento em São Paulo, que objetivou conhecer as histórias das famílias dos acolhidos. A partir desse trabalho evidenciou-se uma realidade preocupante: a presença da trajetória de institucionalização em diversas famílias como forma de acesso a direitos fundamentais, e também indicando a falta destes. Contudo, há também estudos que demonstraram que é possível um trabalho em conjunto com as famílias e a promoção de autonomia nesses espaços a partir de uma atuação que objetivou a modificação das oportunidades a essas famílias. (Moreira e Carelhos, 2012; Rizzini, Rizzini, Naif e Baptista, 2006)

A partir da situação de acolhimento, que possui caráter provisório e tem como foco a reinserção no convívio familiar (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009) faz-se necessário investigar a promoção dessa convivência. Nesse sentido, Vieira (2019) realizou uma extensa discussão sobre leis nacionais e diretrizes internacionais que discursam sobre o Direito ao Convívio Familiar e Comunitário. A partir desses referenciais e das vivências práticas, o autor demonstrou o caráter paradoxal dos enunciados produzidos a partir desse direito, ao ser utilizado tanto como acionamento de direitos, quanto como mecanismo de exclusão das famílias pobres e negras (Vieira, 2019). Essa conclusão parece consonante com o levantamento bibliográfico de Martins e Mota (2019) sobre a percepção dos adolescentes acerca do acolhimento institucional em que os acolhidos podem vir a culpabilizar suas famílias pela permanência no acolhimento. Além disso, essa situação contribui para o desenvolvimento de relações difusas tanto com seus familiares, quanto com a instituição. Tal situação pode contribuir para longas permanências e para o desligamento institucional por maioria sem a reinserção familiar (Martins e Mota, 2019).

Recentemente foi inaugurada uma unidade de acolhimento em repúblicas para jovens de 18 a 21 anos egressos do acolhimento institucional (Diário Oficial da União, 2018) - público esse que possui longos períodos de institucionalização segundo o levantamento nacional (Assis e Faria, 2013). Com o intuito de fundamentar reflexões a essa política, o relato desses jovens possui a potencialidade de transmitir um histórico desse contexto bem como fomentar ações de garantia de direito e de autonomia desses jovens. De forma a alcançar esse objetivo foi escolhido como método de coleta de dados a História Oral por fazer emergir a experiência individual do sujeito e sua participação ativa no contexto social e grupal (Portelli, 1997; Rizzini, Castro, e Sartor, 1999).

Além disso, para permitir que o sujeito fale livremente sobre sua trajetória - a partir da temática escolhida e suas contribuições para o campo do acolhimento institucional em repúblicas - na presente pesquisa foram utilizados dois gêneros da história oral em conjunto: a

história oral de vida e a história oral temática (Meihy e Holanda, 2007). A história oral de vida prioriza, que o sujeito traga a sua experiência e como ele vivencia determinadas situações, e a partir desse relato podemos compreender acontecimentos, instituições, contextos sociais, dentre outros (Meihy e Holanda, 2007). Entretanto, devido ao enfoque da Dissertação residir nas discussões sobre vínculos familiares, fez-se necessário o uso do gênero temático da história oral, que diz respeito a centralidade da narrativa em um assunto previamente estabelecido e um grupo definido (Meihy e Holanda, 2007, p. 39). Esse foco se justifica devido a convivência família ser a principal prerrogativa dos serviços assistenciais de acolhimento e forma de garantia de direitos e autonomia (Lei nº8.069, 1990; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009; Lei nº 13.509, 2017). E trazer o acolhido para verbalizar sobre o assunto permite trazer outras possibilidades para além do contido nos documentos oficiais, abarcando a história social e coletiva por meio da história individual (Breakwell, 2010; Meihy e Holanda, 2007).

Os participantes da pesquisa são residentes da instituição de acolhimento em Repúblicas. Inicialmente, a pesquisa iria ocorrer somente na unidade masculina devido à vivência do pesquisador com o público masculino do acolhimento institucional durante estágio, sendo essa divisão por sexo presente nas unidades de acolhimento na localidade pesquisada. Contudo, visando a ampliação das discussões elencadas o convite para participar da pesquisa também se estendeu as jovens da unidade feminina. O contato com os participantes foi feito totalmente online, possibilidade construída junto a equipe técnica do local e os acolhidos dado os perigos de exposição ao novo Coronavírus Sars-Cov-2 e devido os participantes compartilharem o mesmo local de convívio.

A pergunta de pesquisa teve por objetivo que o participante discursasse a seu modo sobre o convívio familiar tanto durante o período de acolhimento institucional quanto anterior a esse. Além disso, objetivamos compreender como o jovem insere a instituição em sua história de vida. Dessa forma, foi pensado a seguinte pergunta: “Você passou pelo acolhimento institucional e no momento encontra-se morando em uma república. Como foi a convivência com a sua família durante o acolhimento institucional e no momento atual? ”

Espera-se que essa investigação e sua respectiva publicação auxilie na compreensão do papel da república e no fomento de possibilidades de práticas de autonomia desses sujeitos na (re)construção de seus vínculos familiares e de suas trajetórias de vida. Nesse cenário em que, em muitos casos, as pessoas envolvidas desconhecem aspectos do processo judicial que justificou e que justifica sua permanência nos acolhimentos e como esse espaço pautou a presença de suas famílias durante essa trajetória (Cordeiro, Thomaz e Carvalho, 2018).

Devido a instituição ser um dispositivo novo em uma cidade da região Sudeste do país, realizamos uma busca, de forma a obter uma contextualização sobre o campo, na plataforma Scielo.Br sobre o acolhimento institucional em repúblicas, e por teses e dissertações na plataforma Domínio Público com os descritores: juventude, república, assistência social, repúblicas, acolhimento institucional e acolhimento em repúblicas. Nessas condições foram encontradas quatro produções: os artigos de Pereira Junior e Colares (2019) e Cassarino-Perez, Córdova, Montserrat e Sarriera (2018), a dissertação de Ribeiro (2008) e a tese de Carvalho (2015). No campo da Psicologia, Cassarino-Perez et al (2018) discorreu sobre a escassez de publicações sobre programas destinados a jovens após a vivência do acolhimento institucional, o que corrobora com os achados de Pereira Junior e Colares (2019), no campo do Direito, que as políticas de Repúblicas, como uma política destinada a essa população, não é realidade em muitos Estados e Municípios.

Somente os estudos de Ribeiro (2008) e Carvalho (2015) trouxeram relatos de jovens que vivenciaram longos períodos de institucionalização em diferentes unidades, incluindo projetos de unidades semelhante à república. Utilizamos a palavra projeto devido ao fato da dissertação de Ribeiro (2008) ser anterior a promulgação das normativas sobre os serviços de acolhimento (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009). No estudo de Ribeiro (2008) foi possível observar a diferença de proposta contida no acolhimento institucional vivido na adolescência e no projeto de república, que apontou possibilidades de práticas de autonomia, como a opção para o jovem de conhecer o seu processo judicial e a possibilidade de trabalhar os vínculos familiares fragilizados. Entretanto no estudo de Carvalho (2015) vislumbramos as dificuldades do trabalho institucional com essa população em decorrência da visão desvalorizada da sociedade sobre esses grupos. Dessa forma, faz-se pertinente a investigação dessas trajetórias de forma a apontar suas dificuldades, contradições e potencialidades. Devido o acolhimento em repúblicas ser recente, e visando o sigilo dos participantes que residem na instituição desde sua criação, além do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido optamos por não identificar a cidade e o Estado em que a pesquisa foi realizada.

2.2 Análise dos dados

Para compreender a concepção e a vivência familiar durante a trajetória de acolhimento institucional é necessário analisar os materiais coletados por meio de questões centrais, quais sejam: o convívio familiar e seus vínculos durante a trajetória de institucionalização, como esse

convívio ocorre atualmente e quais práticas o promovem, e quais discussões políticas e sociais estão relacionadas com essas questões. Dessa forma, é necessário um método que permita analisar essa e outras categorias presentes nesse relato a partir desse contexto e que seja possível produzir por meio dessa análise reflexões sobre o campo. Segundo Bardin (2004), a Análise de Conteúdo (AC) é um método que permite o estudo de mensagens e obter inferências acerca de seus conteúdos ocultos. Em outras palavras, o método de AC permite evidenciar as condições contextuais que afetam a produção de falas e os possíveis efeitos dessas mensagens, sendo estas localizadas em uma temporalidade determinada.

Tendo em vista a especificidade da coleta dos relatos, que diz respeito a uma trajetória de vida a partir do foco em uma temática específica optou-se pela Análise de Conteúdo Temática (Gomes, 2012), que permitirá agrupar diversos elementos dos relatos a partir dos objetivos da pesquisa. A partir do foco no convívio familiar e nos vínculos estabelecidos durante a trajetória de institucionalização dos jovens foram criadas categorias após a coleta de dados, tendo por enfoque os relatos, a temática vínculos familiares e seus diálogos com a política socioassistencial de acolhimento institucional. Além disso, um diário de campo e consultas a documentos normativos foram inseridos nessa análise de forma a dialogar com os relatos sobre vínculo e convívio familiar e o que é proposto nas normativas do acolhimento institucional (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009; Lei nº 13.509, 2017)

3. ARTIGO 1: JUVENTUDES E ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM REPÚBLICAS: a Psicologia no enfrentamento das desigualdades raciais e sociais¹.

YOUTHS AND INSTITUTIONAL SHELTER IN REPUBLICS: Psychology in facing racial and social inequalities.

RESUMO

O presente trabalho aborda o tema da Juventude acolhida em Repúblicas, política endereçada aos jovens de 18 a 21 anos egressos do acolhimento institucional. No levantamento sobre produções da Psicologia foi encontrada escassez de material e, portanto, a discussão foi realizada a partir de uma busca não sistematizada a respeito de assuntos que perpassam as práticas de proteção integral endereçadas à juventude. Para tal, refletimos sobre a complexidade do conceito de juventude e a centralidade do direito à convivência familiar para nos questionarmos como as práticas de proteção são endereçadas a essa juventude, tendo como horizonte o prolongamento da pandemia e considerando os atravessamentos de raça e classe. Por fim, o trabalho aponta para a necessidade de produções na temática, de forma a fundamentar o fazer ético da psicologia e a promoção de práticas construídas em conjunto com essa população, como uma das formas de enfrentamento das desigualdades racial e social.

Palavras chave: Juventude; Repúblicas; Acolhimento; Raça; Assistência Social.

¹ O material aqui apresentado como artigo 1 foi submetido e aceito como capítulo para o livro eletrônico da Comissão de Orientação em Psicologia e Juventudes do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais.

ABSTRACT

The present work is about the theme of Youth who lived in Republics, a policy addressed to young people aged 18 to 21 years old who have come from institutional care. In the survey on Psychology productions, a shortage of material was found. Therefore, the discussion was carried out based on a non-systematic search for regarding issues that pervade the integral protection practices addressed to youth. We go through the complexity of the concept of youth and the centrality of the right to family life in order to question how protection practices are addressed to this youth, with the horizon of the prolongation of the pandemic and considering the crossing of race and class. Finally, the work points to the need for productions about the theme in order to support the ethical practice of psychology and to promote practices built in conjunction with this population, as one of the ways of facing racial and social inequalities.

Keywords: Youth; Republics; Shelter; Race; Social Assistance.

3.1 Introdução

O tema da juventude suscita o debate a respeito da própria definição desse conceito no que tange à qual população ele se refere. Segundo a legislação brasileira, em específico o Estatuto da Juventude (EJ) definido na Lei nº 12.852/2013 (Lei nº 12.852, 2013), é considerado como jovem a pessoa com a idade entre 15 e 29 anos. Logo, as prerrogativas dessa lei se aplicam em conjunto, em casos não conflitantes, aos adolescentes entre 15 a 18 anos incompletos de idade, já que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei nº 8.069, 1990) se aplica aos sujeitos de até 18 anos incompletos.

Essa problemática, entretanto, não é puramente uma questão de faixa etária e de garantia de direitos dependendo da normativa a ser aplicada, mas diz respeito às diferentes concepções sociais de juventude e de adolescência e seus desdobramentos nas diferentes políticas sociais. Negreiros, Gomes, Colaço e Ximenes (2018) trouxeram uma discussão panorâmica sobre a produção brasileira relacionada à juventude e à adolescência, indicando como esses conceitos são pesquisados sob o viés de risco e de vulnerabilidade. Pereira Junior e Colares (2019) sinalizaram que - antes da Emenda Constitucional 65 de 2010 (Ementa Constitucional nº 65, 2010) e promulgação do EJ em 2013 - a continuidade da proteção integral endereçada à criança e ao adolescente não se aplicava para a população jovem, salvo o sistema socioeducativo que poderia estender a permanência do jovem até os 21 anos de idade.

Fernandes e Hellmann (2016) conceituam vulnerabilidade como uma situação temporária provocada por dinâmicas sociais e territoriais que produzem desigualdades. Nesse sentido, segundo as autoras, a situação de risco é entendida como uma violação de direitos, sendo um reflexo da não prevenção desse processo. A partir da noção de vulnerabilidade e constatada uma situação de violação de direitos uma das medidas protetivas que podem ser aplicadas, segundo o ECA (Lei nº 8.069, 1990), para crianças e adolescentes é o acolhimento institucional, que tem por objetivo ser provisório e promover a reinserção no convívio familiar por meio da superação da situação que contribuiu para o acolhimento (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009). Em relação a essa medida protetiva, as discussões propostas por Martins e Mota (2019) em seu levantamento bibliográfico de estudos sobre a percepção dos adolescentes sobre o acolhimento institucional, indicaram que as longas permanências podem contribuir para fragilização dos vínculos familiares. Esse quadro pode culminar em desligamento institucional por maioria sem a realização da reinserção familiar.

Diante desse cenário, uma das alternativas preconizada pelas Orientações Técnicas é a criação de Repúblicas de Acolhimento Institucional (Ministério do Desenvolvimento Social e

Combate à Fome, 2009), que segundo o Censo do Sistema Único de Assistência Social (CensoSUAS) possui 40 unidades no país (Ministério da Cidadania, 2020). Em 2018, em uma capital do Sudeste Brasileiro, foi criada a instituição de acolhimento em Repúblicas, sendo endereçadas a jovens de 18 a 21 anos, egressos do acolhimento institucional, que não se reinseriram em suas famílias de origem e que possuem vínculos familiares fragilizados e/ou inexistentes (Diário Oficial do Município, 2018).

Com o cenário atual da Pandemia pelo novo Coronavírus Sars-Cov-2, o SUAS evidencia-se como uma das principais formas de enfrentamento das desigualdades sociais (Conselho Federal de Psicologia, 2020a, Conselho Regional de Psicologia-MG, 2020). Entretanto, a situação do campo é preocupante, visto a dificuldade de isolamento social, principalmente nas instituições de acolhimento, tanto de seus trabalhadores, quanto dos acolhidos. Estudo conduzido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) demonstrou o temor dos profissionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) diante do risco do novo Coronavírus, tendo como agravante as orientações difusas das instâncias federais e estaduais, bem como a inconsistência na disponibilização de equipamentos de proteção, que possui variações de quantidade e de acesso conforme as regiões do país (Vargas e Burocracia, 2020). O investimento no campo torna-se urgente e, portanto, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) sugeriu, entre diversas recomendações, a suspensão ou revogação da Emenda Constitucional 95/2016 (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2020). A referida Emenda limita os gastos públicos e não permite a aplicação de recursos orçamentários para a assistência social, verbas que são tão necessárias no presente momento. Além disso, nessa conjuntura houve a limitação de funcionamento de diversos equipamentos que irão impactar diretamente na construção da autonomia desses jovens, tais como: a interrupção de cursos de capacitação profissional e das possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

A partir das dificuldades elencadas no campo do acolhimento institucional - agravadas pelo contexto de Pandemia - o presente estudo se insere como forma de refletir sobre a juventude acolhida e os discursos que a permeiam, relacionando-os às classes populares, à questão racial, bem como aos desdobramentos na execução das políticas públicas. Para tal, torna-se relevante situar que a dinâmica da desigualdade social do país é também de âmbito racial, pois o racismo - além de dar embasamento aos mecanismos de exclusão social (Almeida, 2018; Mbembe, 2018b) - modifica os discursos endereçados aos jovens desdobrando-se em saberes e fazeres da Psicologia atravessados por essas concepções (Conselho Federal de Psicologia, 2017). A Psicologia, enquanto ciência e profissão, precisa estar atenta aos efeitos

de suas práticas e construções teóricas, a fim de que estas não sirvam para reafirmar processos de exclusão e de discriminação.

3.2 Caminhos e percalços metodológicos

No levantamento bibliográfico de estudos sobre o acolhimento em Repúblicas, na plataforma Scielo.br, Portal Periódicos Capes, e na busca por Teses e Dissertações na plataforma Domínio Público utilizou-se os descritores: juventude, república, assistência social repúblicas, acolhimento institucional e acolhimento em repúblicas. A respeito da política de acolhimento em república foram encontradas quatro produções: os artigos de Pereira Junior e Colares (2019) e Cassarino-Perez, Córdova, Montserrat e Sarriera (2018), a dissertação de Ribeiro (2008) e a tese de Carvalho (2015).

Na Psicologia, Cassarino-Peres et al. (2018) discorreu - em seu levantamento bibliográfico sobre “(...) programas de intervenção para favorecer o processo de emancipação de adolescentes” (p.1665) - a respeito da escassez de publicações no Brasil no que tange a essa temática. De forma complementar, Pereira Junior e Colares (2019), sob a perspectiva do Direito, indicaram que as políticas de república não são realidade em muitos Estados e Municípios. Esse fato, segundo os autores, constitui irregularidade quanto à promoção da garantia do direito à proteção integral dos jovens egressos do acolhimento, cabendo ajuizar ação civil pública de cumprimento da implantação desse serviço.

Na área do Serviço Social, o estudo de Ribeiro (2008) teve como foco a história de vida de um acolhido que vivenciou diferentes instituições de acolhimento, incluindo um projeto semelhante à república² foi possível observar diferença nas propostas das instituições, apontando possibilidades para a construção de práticas de autonomia e para o trabalho de fortalecimento de vínculos familiares fragilizados. Entretanto, na tese de Psicologia de Carvalho (2015), que também analisou a história de vida de acolhidos que viveram diferentes instituições - inclusive de acolhimento para jovens- não foi observada essa diferença de propostas e a presença de alternância entre a instituição e as trajetórias de situação de rua.

A escassez de produções do campo da Psicologia - apenas duas específicas sobre essa política pública foram localizadas nas bases pesquisadas - denota o silenciamento dessa atuação e desse público. Desta forma, diante da reduzida produção acadêmica sobre o tema e visando

² Definiu-se a instituição com o uso da palavra projeto devido ao fato da dissertação ser anterior a promulgação das normativas sobre os serviços de acolhimento (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009).

subsidiar teoricamente as reflexões propostas optou-se, metodologicamente, pela busca não sistematizada de material a respeito de assuntos que perpassam o debate sobre as repúblicas, a saber: juventude, política pública e racismo. Para compreensão da possibilidade de construção do trabalho da Psicologia nesse espaço optou-se pelo estudo da referência de atuação elaboradas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) a respeito da questão racial (Conselho Federal de Psicologia, 2017) e das resoluções e das notas sobre a atuação no campo da assistência social (Conselho Federal de Psicologia, 2020a; 2020b; Conselho Regional de Psicologia-MG, 2020).

3.3 A juventude na rede de proteção socioassistencial

O ECA define em seu artigo 101 que, em casos de violação de direitos das crianças e adolescentes, deve-se aplicar medidas de proteção, dentre elas destacamos o acolhimento institucional (Lei nº8.069, 1990). Em 1993, temos a criação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (Lei nº8.742, 1993), buscando inaugurar um novo momento da assistência social. Em 2004, com o intuito de operacionalizar e padronizar nacionalmente a rede de proteção e de garantia de direitos, temos a promulgação do Plano Nacional de Assistência Social (PNAS). Esse Plano criou diretrizes nacionais e propôs a atuação descentralizada, ou seja, a necessidade de atuar com as famílias a partir de seus territórios e suas particularidades (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004). Assim, a política de assistência social foi dividida em dois níveis de atuação: a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especializada (PSE).

A partir dessa organização o fluxo de atendimentos às famílias e seus componentes se inicia com a PSB, visando a manutenção do convívio familiar e a superação das condições de violação de direitos, tendo como equipamento principal o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Caso esses vínculos já estejam rompidos e as situações de risco estejam instauradas, o trabalho se direciona para a PSE de média ou de alta complexidade. Nessa última se insere tanto o acolhimento institucional de crianças e adolescentes, quanto as repúblicas de acolhimento para jovens. Pensando na Proteção Social de Alta Complexidade, que é o nosso foco de discussão, devemos citar também as Orientações Técnicas para os serviços de acolhimento (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009) que cria parâmetros nacionais para o funcionamento e organização de tais instituições tendo como objetivo inicial a reinserção familiar. Além disso, no que tange às Repúblicas, devem ter como guia para suas ações o Estatuto da Juventude, que propõe a necessidade de produção da autonomia para essa população (Lei nº 12.852, 2013).

A despeito da apresentação das normas que permeiam a atuação com a população jovem no SUAS, nos interessa compreender quais são os discursos sociais endereçados a essa população que acessa o SUAS, em específico do acolhimento institucional. Para tal, optou-se por compreender como a juventude vem sendo entendida em nossa sociedade. No campo da Sociologia, juventude é um conceito recente, pois até meados da década de 20 e 30 do século XX não havia a concepção de uma etapa transitória para a vida adulta, seja esta a adolescência e/ou a juventude (Kehl, 2004, Groppo, 2000). Kehl (2004) discorreu em seu texto sobre as transformações sociais ocorridas com a ascensão do capitalismo e os movimentos de contracultura, e como esse movimento cultural foi apropriado por esse sistema econômico. Segundo Kehl (2004) tal sistema criou dois tipos de jovens: aqueles cujos comportamentos são mal vistos pela sociedade, considerados rebeldes, que fazem uso de substâncias e praticam violências; e a juventude que mantém alguns desses comportamentos contra o sistema instituído e que se apropria dos bens de consumo. Portanto, a visão positiva de juventude pode estar presente nos aspectos identitários, estéticos e comportamentais, mas seu valor positivo estaria atrelado ao fato de quem pode ou não consumir (Kehl, 2004, p. 102).

Entretanto, a partir de sua participação social houve também a inserção no campo político, como apontou Abramo e Branco (2005) em que a juventude foi considerada como força motriz dos movimentos contrários ao governo ditatorial brasileiro. Dessa forma, se torna pertinente o fato de que houve a formação de uma nova maneira de ser e de agir, que necessitava ser definida, sendo a Psicologia uma das áreas elencadas para estudar e definir essa população (Groppo, 2000).

A partir desse viés temos a elaboração de estudos da Psicologia voltados para o desenvolvimento humano, que concebeu essa faixa etária enquanto um período de transição para a vida adulta, criando assim o conceito de adolescência, elencando as transformações dessa faixa etária, seus problemas e quais as formas adequadas de enfrentá-los (Novo e Menandro, 2000). Contudo, essa abordagem criou critérios ambíguos para essa população, pois ela é concebida sobre a problemática do conflito e a partir de uma tentativa generalizante do que é ser adolescente, o que trouxe a esse grupo a irresponsabilidade como característica. Essa mesma questão é observada na pesquisa nacional de Abramo e Branco (2005), que criticou essa perspectiva demonstrando como os jovens, a partir de suas próprias opiniões, estão envolvidos com a transformação social, ao mesmo tempo que há uma visão de outros grupos que evocam o viés da irresponsabilidade e de ser uma fase de transição.

Em estudo sobre os discursos midiáticos relacionados à violência entre jovens, tendo como fonte jornais de grande circulação na cidade de Brasília e Pernambuco, Almeida,

Almeida, Santos e Porto (2008) evidenciaram mudanças no discurso conforme o recorte de classe dessa população. Para os jovens pertencente às classes médias, as matérias jornalísticas trouxeram uma extensa história de forma a sensibilizar seus leitores e enumerar causas da violência externas a quem as cometeu. Por outro lado, no caso dos jovens de classes populares, sua história é apagada completamente e até mesmo seus nomes, sendo citados como menores e localizados em uma dinâmica de violência que tem por base explicativa a pobreza e a culpabilização individual (Almeida et al, 2008).

Ao levarmos esse debate para o campo das políticas públicas, em específico para o acolhimento institucional, começamos a identificar questões históricas relacionadas às classes populares, como o extenso relato de práticas coercitivas e asilares, destinadas a uma população marcada pela pobreza e predominantemente negra, desde o período Colonial até a Ditadura Militar (Perez e Passone, 2000), e que ainda ressoa em práticas individualizantes e preconceituosas nas políticas de acolhimento (Assis e Farias, 2013). Partindo-se da noção de periculosidade, de delinquência e a promoção do constante pânico social diante da violência urbana, justificaram-se intervenções de afastamento do convívio social em prol de uma reeducação desses segmentos, baseadas em uma noção europeia de família e de costumes (Perez e Passone, 2000). Coimbra (2000) analisou que a construção das “classes perigosas” (Coimbra, 2000, p. 59) foi possível a partir de um aparato de teorias eugenistas que buscavam justificar as diferenças raciais. Para Zaffaroni (2005) esse conceito possui sua origem em documentos policiais do século XIX, que definiram determinados setores sociais como supostamente inclinados à criminalidade. Para tal, se apropriaram de teorias criminais positivistas como forma de justificar suas ações em prol da manutenção dos interesses das classes dominantes. Coimbra (2000) sinaliza a associação entre pobreza e criminalidade realizada nesses discursos discriminatórios que culminam na defesa pelo combate e afastamento do convívio social dessas supostas classes perigosas.

Entre olhares de recriação e de criminalização, a situação de fragilidade dessas famílias cujos filhos são acolhidos é ainda mais preocupante quando vislumbramos que se trata de uma perpetuação das condições de vulnerabilidade, que perpassam a história de tais famílias por gerações. Esses grupos familiares apresentam em sua trajetória o acesso a instituições de acolhimento como tentativa de superação dessa condição, como forma de acesso a direitos e também buscando cuidados quando se encontram dificuldades em fazê-los (Fávero, Vitale e Baptista, 2008). Esse aspecto nos direciona a um importante questionamento sobre os fatores que estão relacionados com a permanência dos mesmos processos que eram utilizados no período das instituições asilares e que também contribuem para a manutenção da desigualdade.

Um dos pontos que podemos elencar é o trabalho institucional que precisa se constituir em conjunto com aqueles que o acessam, como demonstrou o estudo de Rizzini (2003) e de Carvalho (2015) por meio do estudo de histórias de crianças, adolescentes e jovens com trajetórias de rua. Nos estudos citados, a rua exerce a função de lazer, de composição de grupos, de acesso à renda como forma de complemento familiar e também a bens de consumo (Rizzini, 2003; Carvalho, 2015). Além disso, Carvalho (2015) identificou que a forma desvalorizada como os acolhidos são vistos pela sociedade contribui para as evasões, que foram entendidas como estratégias individuais e grupais para que essa desvalorização não se constituísse como a visão que eles possuem de si mesmos, sendo a rua um ambiente de encontro. Esse entendimento não se estende somente ao ambiente institucional, mas está presente tanto na juventude enquanto categoria social - como mencionado anteriormente (Groppo, 2000; Kehl, 2004; Novo e Menandro, 2000; Abramo e Branco, 2005) - quanto na juventude pertencente às classes populares quando esses discursos de mesclam a outros aspectos como os raciais.

Além de visões sociais envolvidas, que guiam as práticas assistenciais, há outro debate que deve ser citado ao se falar sobre juventude e sua trajetória pelo SUAS, inclusive para compreendermos o passado enquanto processo de construção dessas visões. As práticas assistenciais possuem histórico de viés assistencialista advindas do período colonial, destinadas à população pobre e negra (Perez e Passone, 2000). Dessa forma, a desigualdade social no país também está intrinsecamente relacionada com a questão racial e, portanto, torna-se relevante essa reflexão para as/os psicólogas/os que irão atuar em interface com a assistência social

3.4 Raça e racismo: uma discussão necessária para a Psicologia no campo da juventude.

Ao abordarmos sobre juventude mencionamos a problemática que permeia o conceito e sua relação com as práticas voltadas a determinados segmentos sociais. Ao pesquisar sobre a juventude negra brasileira, Santos, Santos e Borges (2005) nos demonstraram que pobreza e discriminação racial são inter-relações que devem ser consideradas. Uma das consequências da racialização do ser humano, ou seja, da criação da concepção de humanidade a partir da questão racial - que socialmente se distribui hierarquicamente - é não problematizar o passado da raça enquanto tecnologia colonial de segregação e do racismo como mecanismo de exclusão e extermínio, inviabilizando o convívio social a partir das diferenças (Mbembe, 2018a).

Almeida (2018) retrata a construção do conceito de racismo estrutural, indicando que a questão racial ultrapassa as práticas comportamentais discriminatórias, estando alicerçada em todos os pontos da sociedade brasileira. O autor aponta como os negros não se fazem presentes

em diversos espaços, sejam esses físicos, sociais e econômicos, e como o próprio Estado funciona a partir dessa exclusão. Por meio dessa estrutura, os negros ocupam posições sociais hierarquicamente inferiores e promovem a manutenção dos espaços de privilégio ocupado majoritariamente pela população branca (Almeida, 2018). Contudo, a invisibilidade em vários setores pode ser contrastada com a visibilidade nas políticas de assistência social de alta complexidade, pois quando lançamos um olhar para o público presente nos acolhimentos – institucional ou república - observamos a predominância racial negra. Assim, nota-se que os espaços sociais também são delimitados pela questão racial.

Schucman e Martins (2017) trouxeram um panorama de como a Psicologia está produzindo pesquisas sobre raça e racismo e a necessidade, por exemplo, de discutimos como a centralidade em uma cultura europeia e elitizada produz um apagamento da história da população negra. Além disso, Mbembe (2018b) parece reiterar que essa invisibilidade seletiva possui um propósito, que é a eliminação de determinados segmentos sociais por meio de sua desumanização, sua hierarquização e a instauração do medo da diferença. Assim, seriam justificadas ações que podem ir desde a falta de cuidados e de subsídios - que promovem um extermínio lento – até ações coercitivas que visam a morte direta de determinadas populações.

A partir dessa realidade, o CFP (Conselho Federal de Psicologia, 2017) propôs diversas formas de enfrentamento à desigualdade racial a partir da identificação de como as instituições podem se inserir nos debates acerca das políticas afirmativas, o que pode ocorrer inclusive na contratação de profissionais e gestores. Além disso, a inserção do questionário de identificação racial auxilia na construção de um diagnóstico dos profissionais e de quem acessa os serviços por exemplo da rede socioassistencial, fomentando ações que problematizem a população negra e sua inserção/discriminação no contexto histórico e social do país (Conselho Federal de Psicologia, 2017). Com a recente situação de Pandemia do Sars-Cov-2, as desigualdades vividas pela população podem ser acentuadas. Essa preocupação se deve ao fato da impossibilidade de que todas as ações do SUAS sejam remotas e que essa modalidade de atendimento pode levar à violação de direitos, pois essa população não possui acesso à inclusão digital (Fiocruz, 2020).

A reflexão sobre os resquícios históricos e os desafios nas práticas atuais é de fundamental importância, pois nos alerta para a construção de práticas e saberes que permeiam e legitimam a desigualdade social e racial. Essa perspectiva é reafirmada pelo CFP (Conselho Federal de Psicologia, 2017) ao frisar a importância de se abordar a temática de modo transversal, o que permite uma postura crítica visando à desconstrução de preconceitos a partir da ampla produção no campo.

Relacionando-se esse ponto ao nosso objeto central posto em discussão - que é a juventude e sua relação com o acolhimento e questões raciais - diversos relatos de experiência apontam que é possível construir políticas e ações, em conjunto com essa população, desde que partam das suas histórias de vida e de suas potencialidades (Moreira e Carelhos, 2012; Rizzini, Rizzini, Naif e Baptista, 2006). Na obra de Moreira, e Carelhos (2012) foi enfatizado que as famílias não devem ser vistas como receptáculo de ações e sim como parte ativa nesse processo. Rizzini, Rizzini, Naif e Baptista (2006) dissertaram sobre as políticas de acolhimento institucional para crianças e adolescentes destacando as dificuldades enfrentadas no campo, desde as concepções pejorativas endereçadas aos acolhidos e seus familiares, como a falta de articulação da rede e a culpabilização individual pela situação vivida. Entretanto, ao trabalhar em conjunto com os acolhidos e suas famílias, houve o fortalecimento dessa rede, o que evitou o prolongamento do acolhimento e favoreceu a manutenção dos vínculos familiares. Dessa forma, como apontaram Carvalho (2015) e Ribeiro (2008), para a construção de uma atuação colaborativa e transformadora do contexto vivido por quem acessa a rede socioassistencial, exige-se compromisso social daqueles inseridos no campo e o trabalho em conjunto com a população atendida.

3.5 Considerações finais

No debate sobre a concepção de juventude e seus atravessamentos históricos e sociais, foi possível relacionar essa população com as desigualdades sociais e raciais. Nesse campo notamos como a construção de juventude - enquanto alheia à participação social e sem considerar questões de classe e raciais- pode levar a concebê-la como irresponsável e perigosa. Esses discursos fundamentam formas coercitivas e punitivas de tratamento desse grupo social e apoiam ações violentas que podem gerar exclusão social e a subtração da vida dessa população (Negreiros et al, 2018).

Quando se adentra ao estudo dessas concepções relacionadas à população pertencente às classes populares constata-se também o fato da predominância racial ser negra. Com isso tem-se a presença tanto de discursos segregacionistas e excludentes da classe popular - que é considerada como a causadora da violência (Almeida et al, 2008) - quanto ações de encarceramento, coercitivas e punitivas que são, em predominância, endereçadas à população negra (Mbembe, 2018a; 2018b). Essas reflexões, quando transpostas ao acolhimento institucional, auxiliam a conjecturar sobre como estão relacionadas com a longa permanência

dessa juventude nessas instituições, tendo como consequência a fragilização desses vínculos e a falta de produção de autonomia desses jovens (Martins e Mota, 2019).

Dessa forma, refletir sobre a atuação do psicólogo, enquanto profissional que compõe a equipe técnica dessas instituições (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009) e a necessidade de uma ampliação do posicionamento político desta categoria, significa pensar que essa juventude deve ser considerada e problematizada para além desses espaços institucionais (Conselho Federal de Psicologia, 2017). Por fim, as instituições de acolhimento em repúblicas, criadas com o intuito de atender a essa população, necessitam construir um trabalho em conjunto com os acolhidos, o que pode permitir, inclusive, auxiliar o acolhido a retomar seus vínculos familiares e/ou outros laços que se inserem em sua trajetória de vida (Ribeiro, 2008; Carvalho, 2015). Contudo, novas investigações no campo se fazem necessárias, visto a lacuna de estudos sobre essa política, suas possibilidades e entraves. Esse conhecimento é relevante em termos éticos e políticos do fazer psicológico para que se possa escapar de uma perspectiva de atuação individualizante que, por vezes, parece desconsiderar o contexto social e de exclusão vivenciados por essas crianças, adolescentes e jovens que vivenciam o acolhimento institucional no decorrer de sua vida.

No contexto atual de pandemia essa vulnerabilidade apresenta mais riscos a essa população, visto a necessidade de diversas medidas para a efetivação da Proteção Integral (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2020; Conselho Federal de Psicologia, 2020a, 2020b), a impossibilidade de atendimento remoto no SUAS, bem como a difusa oferta de equipamentos de proteção individual em decorrência da municipalização dessa política (Vargas e Burocracia, 2020; Fiocruz, 2020). Nesse cenário, a maior aproximação da categoria profissional com a Assistência Social deve produzir estudos sobre a juventude enquanto usuária do SUAS e a efetivação das políticas nacionais, bem como o enfrentamento das desigualdades sociais e raciais vividas por essa população. Diante do exposto, o saber psicológico deve considerar que o olhar individual não pode ser visto como única resposta nesse cenário de desigualdade social sob o risco de simplificarmos a solução que remete à questões mais amplas de âmbito social, racial e de políticas públicas.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

3.6 Referências bibliográficas

- Abramo, H. W; Branco, P. P. M. (2005) Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 447p.
- Almeida, A. M. de O.; Almeida, A. M. O.; Santos, M. F. S.; Porto, M. S. G, (2008). Juventude na mídia: violência e distinção social. *Educação e Cidadania*, v. 10, p. 1-16.
- Assis, S. G. de; Farias, L. O. P. (2013). Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento. São Paulo: Hucitec, 367p.
- Almeida, Silvio. (2018). O que é racismo estrutural? Belo Horizonte/MG: Letramento, 204p.
- Cassarino-Perez, Luciana, Córdova, Vitória Ermel, Montserrat, Carme, & Sarriera, Jorge Castellà. (2018). Transição entre o Acolhimento e a Vida Adulta: Uma Revisão Sistemática sobre Intervenções. *Trends in Psychology*, 26(3), 1665-1681.
<https://doi.org/10.9788/tp2018.3-19pt>.
- Carvalho, Juliana Castro Benício de. (2015). Trajetórias marcadas: histórias de vida de adolescentes com vivência de acolhimento institucional. 2015. XII, 306 f., il. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura) — Universidade de Brasília, Brasília.
<http://dx.doi.org/10.26512/2015.06.T.19505>.
- Coimbra, C.M.B. (2000). Classes Perigosas: Uma pequena genealogia. Em: Gina Ferreira. (Org.). (2000). *Conversando em casa*. Rio de Janeiro: Editora Sete Letras, p. 56-65.
- Conselho Federal de Psicologia. (2020a). Coronavírus: cuidado com profissionais que atuam no SUS e no SUAS de 19 de março. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/coronavirus-cuidado-com-profissionais-que-atuam-no-sus-e-no-suas/>.
- Conselho Federal de Psicologia. (2020b) Resolução nº 7, de 23 de Junho. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/nova-resolucao-da-conpas-preve-maior-interacao-com-psicologas-que-atuam-na-assistencia-social/>.
- Conselho Federal de Psicologia. (2017). Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogos/os. Brasília: CFP, 147p. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/publicacao/relacoes-raciais-referencias-tecnicas-para-pratica-dao-psicologao/>.
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. (2020). Recomendações do Conanda para a proteção integral a crianças e adolescentes durante a Pandemia do COVID-19. Recuperado de https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/legis/covid19/recomendacoes_conanda_covid19_25032020.pdf.
- Conselho Regional de Psicologia – MG. (2020). Nota do CRP-MG sobre a atuação da Psicologia no SUAS no contexto da pandemia de Coronavírus de 31 de Março de 2020. Recuperado de <https://crp04.org.br/nota-do-crpmg-sobre-atuacao-da-psicologia-no-suas-no-contexto-da-pandemia-do-coronavirus/>.

- Diário Oficial do Município. (2018). Processo nº 01.073286.18.26. Recuperado de <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1198233>.
- Emenda Constitucional nº 65, de 13 de Julho. (2010). Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc65.htm.
- Fávero, E.T.; Vitale, M. A. F.; Baptista, M. V. (2008). Famílias de crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam / Eunice Teresinha Fávero, Maria Amália Faller Vitale, Myrian Veras Baptista (orgs.). – São Paulo: Paulus, 211p.
- Fernandes, R. M. C., Hellmann, A. (2016). Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil. Porto Alegre: Ed. UFRGS, (Coleção CEGOV : Transformando a administração pública), 320p.
- Fiocruz, Fundação Oswaldo Cruz. (2020). Orientações a trabalhadoras/es e gestoras/es do sistema único de assistência social (SUAS) para ações na pandemia do Covid 19. Ministério da Saúde, Fiocruz.
- Grosso, Luís Antônio. (2000). Juventude: Ensaio sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: Difel, 308p.
- Kehl, Maria Rita. (2004), A juventude como sintoma da cultura. Em: Novaes, Regina & Vannuchi, Paulo (orgs.). Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo, Perseu Abramo/Instituto Cidadania, p. 89-114.
- Lei nº. 8.069, de 13 de julho. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm.
- Lei nº8.742 de 7 de Dezembro. (1993). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm.
- Lei nº 12.852, de 5 de Agosto. (2013). Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm.
- Martins, Alberto Mesaque., Mota, Valdirene Nunes. (2019). As percepções dos adolescentes acerca das vivências em acolhimento institucional. Em: Amorin, F. Z., Isabel, J. G. de S., Saadallah, M. M. (Orgs.). (2019). O fazer da psicologia no Sistema Único de Assistência Social. Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais, p. 64-79.
- Mbembe, Achille. (2018a). Crítica da Razão Negra. São Paulo: n-1 edições, 320p.
- Mbembe, Achille. (2018b) Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. (3a ed) São Paulo: n-1 edições, 80p.

- Ministério da Cidadania. (2020). Censo SUAS 2019 – Resultados Nacionais, Unidades de Acolhimento. Brasília, Coordenação-Geral de Planejamento e Vigilância Socioassistencial. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. Ministério da Cidadania. Maio
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2004). Política Nacional de Assistência Social PNAS. Brasília. Recuperado de https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2009). Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília, DF: CONANDA/CNAS, 168p. Recuperado de http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf.
- Moreira, M. I. C., Carellos, M. S. (org.). (2012). Famílias em vulnerabilidade social: é possível auxiliar sem invadir? 1. Ed. – Curitiba, PR : CRV, 116p.
- Negreiros, Daniele Jesus., Gomes, Isadora Dias., Colaço, Veriana de Fátima Rodrigues, & Ximenes, Verônica Moraes. (2018). Risco e vulnerabilidade: pontos de convergência na produção brasileira sobre juventudes. *Desidades*, (18), 20-33. Recuperado em 28 de junho de 2021. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-92822018000100003&lng=pt&tlng=pt.
- Novo, Helerina A., & Menandro, Maria Cristina Smith. (2000). Olhares diversos: estudando o desenvolvimento humano. Vitória: UFES. Programa de Pós-Graduação em Psicologia: CAPES, PROIN, 182 p.
- Pereira Junior, A. J., & Colares, T. P. . (2019). Direito fundamental à assistência social: conselhos gestores e serviço de república para egressos de unidades de acolhimento. *Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL]*, 20(2), 337–354. <https://doi.org/10.18593/ejll.19955>.
- Perez, J. R. R., & Passone, E. F. (2010). Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, 40(140), 649-673. <https://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742010000200017>.
- Ribeiro, L. da C. (2008). A trajetória de vida de um jovem que vivenciou o rompimento dos vínculos familiares e um longo período de abrigamento. Dissertação (Dissertação de Mestrado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Recuperado de <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17936>.
- Rizzini, Irene., Rizzini, Irma.; Naiff, L., Baptista, Rachel. (2006). Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de Promoção do Direito à Convivência familiar e Comunitária no Brasil / Irene Rizzini; Irma Rizzini, Luciene Naiff, Rachel Baptista (coordenação). – São Paulo : Cortez ; Brasília: UNICEF; Rio de Janeiro: CIESPI/PUC-Rio, 152p.

- Rizzini, I. (2003). Vida nas ruas: crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis? Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 288p
- Santos, Gevanilda; Santos, Maria José P; Borges, Rosângela. (2005). A juventude negra. Em: Abramo, H. W; Branco, P. P. M. (2005) Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 291-302.
- Schucman, Lia Vainer., Martins, Hildeberto Vieira. (2017). A Psicologia e o Discurso Racial sobre o Negro: do “Objeto da Ciência” ao Sujeito Político. Psicologia Ciência e Profissão, Brasília, v. 37, nspe, p. 172-185. <https://doi.org/10.1590/1982-3703130002017>.
- Vargas, Fundação Getúlio., Burocracia, Núcleo de Estudos da (orgs.). (2020). A Pandemia de COVID-19 e os profissionais da Assistência Social no Brasil. Recuperado de <http://blog.mds.gov.br/redesuas/nota-tecnica-profissionais-da-assistencia-social-durante-a-pandemia-de/>.
- Zaffaroni, Eugenio Raúl. (2005). Las “classes peligrosas”: el fracaso de um discurso policial prepositivista. Revista Sequência, v. 26, nº 51, p. 141-168. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15174>.

4. ARTIGO 2: ANOS PERDIDOS: Pandemia e Política Socioassistencial com jovens acolhidos em Repúblicas

Em um estágio obrigatório da graduação de Psicologia, realizado no ano de 2016 em uma instituição de acolhimento na unidade masculina, criamos junto aos jovens uma oficina de Rap. Essa atividade teve por intuito dialogar, por meio de batalhas musicais, vários temas que permeavam a vida desses sujeitos, objetivando conhecer suas demandas e as possibilidades de atuação na instituição. Nessa atividade sempre escutamos os acolhidos se definirem como meninos de abrigo, juntamente com rimas que falavam sobre seus planos de sair do local, viver com suas famílias e/ou construir novas trajetórias. Contudo, durante essa experiência de estágio, confessamos que essa expressão nos permaneceu incógnita na completude de seus significados.

A partir dessa experiência e da leitura de pesquisas (Ribeiro e Boto, 2019; Martins e Mota, 2019; Castro, Caeiro e Ferreira, 2020) no campo do acolhimento institucional surgiram diversas reflexões sobre o que seria ser menino de abrigo, suscitando o interesse em desenvolver essa investigação. Moreira (2014) teceu diversas críticas sobre a falta da escuta desses jovens, e visões preconceituosas de suas trajetórias e famílias de origem. Essas reflexões são corroboradas na tese de Romanelli (2013) com egressos do acolhimento, que pontuou sobre as rupturas vividas nesse período que contribuem para os/as jovens que passaram pelo acolhimento apresentarem dificuldades de estabelecerem vínculos, além da fragilidade de apoio após o desligamento da instituição.

Moraes Martinez e Soares-Silva (2008) demonstraram os diversos arranjos que os jovens desligados do acolhimento ao atingirem a maioridade realizam para sobreviver devido à escassez de políticas socioassistenciais específicas para essa população. Cassarino-Perez, Córdova, Montserrat e Sarriera (2018) em seu levantamento bibliográfico também apontaram a ausência de políticas e de espaços de convívio e de acolhimento voltados para esta população. Essa situação contribui para suas extensas trajetórias de institucionalização, rupturas afetivas e vivências de isolamento e solidão (Castro, Caeiro e Ferreira, 2020). A partir desse quadro Moraes Martinez e Soares-Silva (2008) ressaltaram que: “No caso dos adolescentes que estiveram sob a tutela do Estado, significa dizer que a própria política, que deveria ter agido para dirimir possíveis efeitos da vitimização das crianças, produziu ou ao menos reforçou processos de desigualdade social (Moraes Martinez e Soares-Silva, 2008, p. 116) ”.

Uma possibilidade de política para egressos do acolhimento institucional por maioridade, por não inserção em famílias substitutas ou por não terem sido reintegrados à família de origem é o acolhimento institucional em Repúblicas. Essa política, que está presente

em documentos normativos desde 2009, tem por objetivo acolher jovens de 18 a 21 anos, egressos do acolhimento institucional sem possibilidade de retorno a família de origem ou substituta, com vínculos familiares fragilizados ou inexistentes, e que não possuem condições de inserção em família substituta (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009, p. 94). Contudo sua implementação no país é recente, como indicou o Censo do Sistema Único de Assistência Social de 2019 (CensoSUAS), na qual das 40 unidades - para atendimento de jovens egressos (as) de serviços de acolhimento – 28 possuem de 0 a 5 anos de implantação, com média de 12 vagas por República, distribuída em seis vagas para a unidade masculina e seis para a unidade feminina (Ministério da Cidadania, 2020). Outra informação importante é que somente 34 unidades são nomeadas como modalidade República para Jovens, as seis unidades restantes acolhem tanto jovens egressos do acolhimento institucional, quanto outras populações, e são classificadas na modalidade outros (Ministério da Cidadania, 2020, p. 8). Esses dados nos evocam questionamentos, visto que seis unidades não são unicamente para essa população, que possui diversas particularidades fruto de extensas trajetórias de institucionalização (Assis e Farias, 2013; Martins e Mota, 2019).

A falta de atendimento individualizado (Assis e Farias, 2013) – apontado como uns dos desafios do acolhimento institucional - pode também afetá-los na vivência nas Repúblicas, visto que a estrutura em 35 das unidades apresentam média de zero a três pessoas compartilhando o mesmo quarto (Ministério da Cidadania, 2020). Além disso, em documentário recente organizado pela Globonews (Dominici e Machado, 2021) com a participação de menores de idade e que estavam próximos de completar 18 anos e, portanto, estavam em processo de desligamento do acolhimento institucional, observamos visões estigmatizantes das famílias e dessa população. O uso de palavras como “desestruturadas” (Dominici e Machado, 2021), “sem família” (Dominici e Machado, 2021), “abrigos” (Dominici e Machado, 2021) e “orfanato” (Dominici e Machado, 2021) foram utilizadas pelos autores do documentário para descrever os jovens, suas famílias e suas trajetórias, além de expor a imagem destes e mencionar vagamente as políticas para egressos como as Repúblicas. Dessa forma, nos questionamos sobre quem são os jovens egressos com vínculos fragilizados e/ou rompidos, visto que apesar de ser o público alvo da política, os egressos também são identificados nas pesquisas com vínculos e referência familiar (Assis e Farias, 2013; Martins e Mota, 2019).

Com o intuito de contribuir para esse campo, e diante da recente implantação das Repúblicas de acolhimento institucional na cidade onde ocorreu a pesquisa, a investigação realizada teve como objetivo conhecer como ocorre o convívio familiar pela perspectiva dos jovens que vivenciaram longos períodos de institucionalização e que, atualmente, acessam a

política de acolhimento em Repúblicas. A partir da análise de suas histórias busca-se contribuir para pensarmos uma atuação da Psicologia que auxilie para que esses jovens não sejam vistos como meninos de abrigo, e elaborar reflexões que auxiliem no trabalho desenvolvido nas Repúblicas.

4.1 Metodologia

Inicialmente a pesquisa foi planejada anterior a atual Pandemia de Sars-Cov-2, ao qual teve a fase de aprovação prévia pela instituição em 2018, com emissão de Termo de Concordância mediante a reuniões com a Coordenação e a Técnica de Assistência Social do local, e aprovação do Conselho de Ética em Pesquisa. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Dessa forma, objetivou-se convidar jovens da unidade masculina, recorte feito devido a experiência dos autores em unidades de acolhimento, por meio de várias visitas ao local, a contar sobre a sua trajetória de vida com suas famílias. A escolha pelo método história oral (Alberti, 2013) se norteou pelo contato com jovens em acolhimento institucional, ao qual apreendemos outras histórias dos acolhidos e de suas famílias. Portanto vimos no método a potencialidade de criar um espaço de escuta dessas histórias que, muitas vezes, podem ser apagadas, desvalorizadas por uma história dita oficial (Pollak, 1992), ou somente registradas nos documentos institucionais. Como exemplo podemos citar o relato de Cordeiro, Thomaz e Carvalho (2018) sobre um jovem residente de um acolhimento em Repúblicas que ao acessar os relatórios sobre o seu caso descobriu que sua mãe tentou visita-lo diversas vezes durante sua trajetória no acolhimento institucional. Em outro exemplo, no documentário de Dominici e Machado (2021) com jovens no acolhimento institucional em processo de desligamento por maioria, houve trechos em que eles verbalizaram sobre suas famílias e seu convívio nessas trajetórias. Contudo, esses relatos não foram aprofundados em suas particularidades, e esses jovens são descritos no documentário como “sem família” e que não foram adotados (Dominici e Machado, 2021). Essa linguagem somada à invisibilidade das histórias dos acolhidos com suas famílias nos faz questionar sobre a necessidade de criar espaços que não enclausurem essas trajetórias, bem como que não exponham os jovens e não os classifiquem.

Para essa proposta da presente pesquisa foi formulada a seguinte pergunta disparadora da entrevista de história oral e temática (Meihy e Holanda, 2007; Alberti, 2013), endereçada aos participantes acolhidos na República: Você passou pelo acolhimento institucional e no

momento encontra-se morando em uma república. Como foi a convivência com a sua família durante o acolhimento institucional e no momento atual? Essa junção dos tipos de história oral objetivou centralizar o relato dos jovens com suas famílias, para que essa história fosse contada por quem vivenciou e vivencia esses vínculos. A proposta vai ao encontro da prerrogativa da história oral de ir além da história dita oficial e descrever - a partir dos sujeitos - o contexto de suas trajetórias para além dessas (Pollak, 1984;1992). Ao alinhar o uso do método na pesquisa qualitativa em Psicologia buscamos o fazer político da pesquisa no campo (Goulart, 2018) ao ir além da história que em muitos casos é formulada como oficial dessa população, e buscar contribuir com o debate sobre políticas públicas para essa população (Cordeiro, Thomaz e Carvalho, 2018; Soares e Chaves, 2020);

A partir das restrições de contato pessoal e as recomendações no Contexto de Pandemia (Conselho Federal de Psicologia-MG, 2020) buscamos ampliar o campo da pesquisa, visto as limitações de contato e seus riscos. Dessa forma realizamos uma busca, em sites das prefeituras das capitais de cada Estado brasileiro, por documentos a respeito das unidades de acolhimento em Repúblicas e formas de entrar em contato com suas equipes. Contudo, as informações nos sites eram confusas, não detalhando claramente se havia acolhimento em Repúblicas nas capitais e como acessá-las.

Para fundamentar essa possibilidade, formulada anteriormente à publicação do CensoSUAS (Ministério da Cidadania, 2020), consultamos os sites das prefeituras das capitais de cada Estado brasileiro, conforme Apêndice A, no período de março a maio de 2020. A partir da ferramenta Google utilizamos a palavra Prefeitura precedida do nome das capitais para encontrar os sites. Por meio do sistema de busca em cada site utilizamos os seguintes descritores: Repúblicas, repúblicas, acolhimento em repúblicas, acolhimento, unidades de acolhimento, acolhimento para jovens. Além disso, em sites com a aba fale conosco ou com e-mails de contato para mais informações enviamos uma mensagem solicitando informações sobre a existência do acolhimento em Repúblicas no local. Outra ferramenta utilizada foi o Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC), que consultamos para obter quantas Repúblicas foram implantadas no país e quais suas localidades, ao qual nos informou dados preliminares do CensoSUAS (Ministério da Cidadania, 2020).

Inicialmente a resposta obtida foi da Prefeitura de São Paulo (Cidade de São Paulo Assistência e Desenvolvimento Social, 2018), que solicitaram diversas informações, por meio de preenchimento de formulário de pesquisa, como resumo do projeto, método utilizado, objetivos, dentre outros, mas após enviá-los todas as informações requisitadas, não houve retorno. No site da Prefeitura de Aracaju conseguimos o contato pessoal do Coordenador das

Repúblicas da capital obtido por meio do número de telefone da prefeitura informado no site (Prefeitura de Aracaju, 2020), que nos informou que o local estava sendo ocupado por apenas um jovem e requisitou encaminhamento de e-mail para oficializar o contato, bem como o resumo sobre a pesquisa. O estabelecimento desse contato nos deixou animados, principalmente pelas notícias da capital no site, que incluíam a população acolhida, sempre discursar sobre políticas de acesso a moradia e renda a esses jovens (Agência Aracaju de Notícias, 2018). Contudo, novamente fomos frustrados com a falta de retorno dos contatos.

Em relação aos sites de outras capitais encontramos vagas menções sobre futuras implantações do acolhimento em Repúblicas para egressos do acolhimento institucional (Prefeitura de Manaus, 2014), sendo que a palavra Repúblicas também era utilizada para descrever unidades de acolhimento para a população de rua já existentes (Prefeitura Municipal de Curitiba, 2020). Uma notícia, encontrada por meio da palavra-chave jovem inserida na aba de busca do site da Prefeitura do Rio de Janeiro, detalhou a história de uma pessoa que passou por situação de rua ao se mudar para outro Estado em busca de oportunidade de trabalho (Prefeitura Rio, 2020). Contudo, a notícia não mencionou a idade em que o jovem esteve nas ruas e não discursou sobre o rompimento familiar que também se relaciona com sua mudança de Estado. Além disso, as informações da notícia explicam que a trajetória do jovem em uma Unidade de Reabilitação Social (URS) foi após sua vivência nas ruas, e que teve acesso a direitos a partir dessa instituição (Prefeitura Rio, 2020). Em outro caso, obtido por meio do mesmo site e com os mesmos procedimentos, uma notícia descreveu a trajetória de um jovem que desde os cinco anos de idade se encontrava em instituições de acolhimento e que teve acesso ao trabalho e à moradia pelo Programa Minha, Minha Vida, intermediados pela instituição (Prefeitura Rio, 2019).

Esses dados aparentam apontar para o fato de que a falta de instituições que auxiliem na garantia de direitos pode lançar esses jovens para a vivência nas ruas. Essa impressão foi reforçada por outros achados a partir das palavras-chave “jovem” e “Repúblicas” nos sites, que mencionou políticas para essa população e descreve como um dos exemplos de vulnerabilidade social da população jovem a situação de rua (Prefeitura de Fortaleza, 2020). Essa informação pode estar relacionada com a menção dessa população em notícias sobre o Centro de Referência da População de Rua (CentroPOP) e Repúblicas para atendimento de jovens com vivência de rua e/ou em processo de saída das ruas (Prefeitura Recife, 2020; Cidade de São Paulo Assistência e Desenvolvimento Social, 2018). A partir das informações do diário de campo, em que registramos todos os sites que tentamos entrar em contato e a falta de retorno destes, utilizamos também de ligações de telefone para os números informados das Secretarias

Municipais de Assistência Social ou das instituições de acolhimento informadas nos sites das capitais. Nos contatos respondidos houve o encaminhamento para outros números de telefones, caminho que terminou em falta de retorno e/ou ligações não atendidas.

Diante das impossibilidades e dada a aprovação prévia da instituição que entramos em contato anterior a Pandemia, repensamos como nos aproximarmos dos participantes e convidá-los para a pesquisa, pois eles compartilham de um único local de moradia e o contato pessoal acarretaria diversos riscos a todos mesmos com as medidas de prevenção ao contágio. Utilizamos o diário de campo (Freitas e Pereira, 2018), nessa etapa da pesquisa, para anotar as impressões e informações no contato com a equipe do local, com os jovens e os acontecimentos ocorridos. Dessa forma, foi possível comparar mudanças na instituição com a Pandemia, e contextualizar o contato com os jovens diante do contexto da Pandemia e suas (im)possibilidades. Com o andamento da pesquisa e as reuniões com a Equipe Técnica do local nos foi informado que a República adquiriu acesso à internet com rede sem fio (Wi-Fi) aos acolhidos (inicialmente não possuía), e que eles possuíam aparelho celular próprio. Além disso, com a preocupação quanto a variações de pacote de dados de internet disponíveis enviamos um chip pré-pago com a contratação de um pacote de dados e fones de ouvido com microfone para contribuir com a privacidade dos futuros participantes. Dessa forma, entramos em contato com os jovens inicialmente por aplicativos de mensagens, explicando a pesquisa e seus procedimentos, e perguntando se poderíamos realizar uma ligação de áudio e/ou vídeo para nos apresentarmos, e explicar sobre suas possíveis participações bem como o sigilo da pesquisa.

Contudo, o período de aproximação foi marcado por diversas turbulências, que se relacionam tanto a conteúdos sensíveis dessa trajetória (Pérez-Tarres et al., 2019) quanto ao contexto online possível na presente pesquisa (Miller e Slater, 2004; Mendes, 2009). Após algumas trocas iniciais de mensagens de texto muitos jovens manifestaram o interesse de participar, mas não responderam novamente as mensagens. Alguns contatos disseram que participariam da pesquisa, mas que não gostariam que seus relatos fossem escutados por pessoas do local e, posteriormente, não responderam ao contato dos pesquisadores. Outros jovens responderam às nossas tentativas enviando mensagens com imagens demonstrando que estavam exercendo atividade laboral no ambiente da República e que, além da falta de privacidade, não tinham tempo para participar da pesquisa. Em um desses contatos, um dos participantes da pesquisa nos solicitou auxílio na elaboração de um currículo para enviar para uma vaga específica, ao qual ajudamos na formatação do documento. Na unidade masculina, por exemplo, somente dois dos seis acolhidos que entramos em contato manifestaram interesse em participar da pesquisa, ao qual nos referimos a eles pelos nomes fictícios Leo e

Kevin. As entrevistas foram gravadas apenas no seu conteúdo de áudio, a imagem do entrevistado não foi registrada.

Durante a pesquisa o contato com Kevin ocorreu sem dificuldades e, diversas vezes, o jovem atuou como facilitador de outros contatos. Kevin até emprestou temporariamente seu aparelho celular para entrarmos em contato com um recente acolhido no local que ainda não tinha aparelho próprio. Apesar do contato com o novo acolhido ter ocorrido via chamada de áudio e o mesmo se dizer interessado a participar da pesquisa após perguntar diversos detalhes sobre a pesquisa não houve novos contatos, e foi Kevin quem nos sinalizou sobre a desistência do jovem.

Diante dessa situação, tentamos ampliar a pesquisa também para a unidade feminina, contudo, com o decorrer da Pandemia houve a demissão da Técnica do local, o que dificultou a aproximação com as jovens. Após reunião online com a nova Técnica da Psicologia, que se disponibilizou a facilitar o contato com as acolhidas houve o convite por meio de mensagem de texto para as jovens, mas sem nenhuma resposta aos pesquisadores. Houve um caso em específico que uma jovem manifestou o interesse da participação, contudo a participante havia entendido que a pesquisa em Psicologia se tratava de uma proposta de terapia. A partir dessa situação foi construída junto com a jovem o encaminhamento para uma clínica-escola de Psicologia com oferta de Psicoterapia gratuita e também via online. Ambos os casos, como o pedido de Psicoterapia e o auxílio na elaboração do currículo, denotaram demandas para essa parceria que não o desenvolvimento da pesquisa proposta, e por isso não compreendemos simplesmente como recusas, mas contrapartidas para o diálogo entre pesquisador e possíveis participantes.³

Após suas participações convidamos os jovens para uma entrevista de devolutiva, a partir de um modelo de devolutiva participativo, proposto por Ignácio e Cavour (2008), mas somente houve a participação de Kevin, enquanto Leo visualizou as mensagens por aplicativo, mas não tivemos retorno do participante. A participação dos jovens por meio da entrevista em história oral e temática objetivou-se abordar vínculos familiares, a trajetória do jovem durante o acolhimento institucional e com suas famílias e a trajetória atual nas Repúblicas, portanto, essas três temáticas surgiram durante o relato dos participantes. Após a categorização de suas falas - conforme a proposta de trabalho com categorias (Silva e Fossá, 2015) - houve a criação de quatro categorias temáticas analíticas (Gomes, 2012), a saber: Dificuldade/sofrimento de falar sobre sua história; Vínculos familiares; Efeitos da COVID-19 na convivência familiar,

³ Agradecemos essa análise ao apontamento feito pela Prof^a Dr^a Lisandra Espíndula Moreira na banca de defesa da dissertação.

comunitária e trabalho; e Transição para as Repúblicas. Contudo, anterior à descrição da análise, faz-se necessário descrever as dificuldades do uso do método no contexto online, bem como indicar apontamentos sobre o fazer pesquisa com “temáticas sensíveis” (Pérez-Tarres et al., 2019, p. 114).

4.1.1 Pesquisar na Pandemia: (im)possibilidades e reflexões sobre o pesquisar

A pesquisa qualitativa em Psicologia, anterior a qualquer contexto em que seja empregada, nos apresenta enquanto pesquisadores diversos desafios e potencialidades. Enquanto profissionais, por vezes, somos convocados a falar sobre os sujeitos a serviço de discursos de saber-poder que podem contribuir com exclusões (Vieira, 2019). Por outro lado, nossa posição pode produzir uma escrita que articule com diversas lutas para a construção de uma sociedade mais justa e de combate à desigualdade histórica e estruturante (Moreira, Alves, Oliveira e Natividade, 2020). No campo das políticas socioassistenciais, em específico o acolhimento institucional, temos questões particulares como a tutela dessa população pelo Estado (Romanelli, 2013; Moraes Martinez e Soares-Silva, 2008), mas também exemplo de trabalho junto as famílias como a garantia de direitos por meio dessa política (Fávero, Vitale e Batista, 2008; Cordeiro, Thomaz e Carvalho, 2018). Em outros exemplos há casos da perpetuação das mesmas condições que levaram essa população ao acolhimento (Moraes Martinez e Soares-Silva, 2008; Martins e Mota, 2019);

Na presente dissertação de Mestrado foi proposto convidar os jovens acolhidos em uma República de acolhimento institucional, instituição endereçada a egressos do acolhimento institucional que possuem vínculos familiares rompidos ou fragilizados - a falarem sobre sua vivência com as pessoas que são consideradas por eles como família. A pesquisa objetivou conhecer quem são os jovens que acessam a política, quais os vínculos familiares desses jovens - que a princípio são conceituados como rompidos/fragilizados - e quais possibilidades essa pesquisa pode tecer como contribuição a essas instituições frente a essas trajetórias.

Esse último ponto se tornou ainda mais urgente frente a atual Pandemia do novo Coronavírus Sars-Cov-2, pois a Assistência Social é o principal meio de combate à desigualdade social agravadas pelo contexto atual (Conselho Federal de Psicologia-MG, 2020). Contudo, as práticas do SUAS não possuem a possibilidade de atendimento remoto dado a natureza dos serviços prestados bem como a população atendida que não foi incluída digitalmente e vive em condições, em muitos casos, de extrema pobreza (Fiocruz, 2020). Portanto, esse cenário trouxe diversas mudanças ao fazer pesquisa devido aos riscos que esse

contato presencial poderia trazer aos participantes e ao pesquisador, pois inicialmente a instituição não disponha de internet com rede sem fio (Wi-Fi). Esse dado nos fez repensar a pesquisa e construir outra alternativa, que foi de entrar em contato com a equipe de instituições de acolhimento em Repúblicas de outros Estados.

Em relação aos dados provenientes dos sites das prefeituras não obtivemos retorno dos e-mails e telefones obtidos, mesmo em casos em que houve contato inicial e solicitação, por parte desses, do envio do resumo da proposta de pesquisa. Além disso, observamos que muitas notícias presentes nos sites mencionavam o atendimento a jovens egressos do acolhimento juntamente com a população em situação de rua (Prefeitura Recife, 2021; Cidade de São Paulo Assistência e Desenvolvimento Social, 2018). Esse fato nos inquietou acerca da história desses jovens e aumentou o interesse por uma pesquisa com essa população, o que contribuiu para retomarmos o contato com a instituição inicialmente planejada na pesquisa. Dessa forma, fundamentamos a prática de pesquisa totalmente via internet, tanto com a equipe técnica, quanto com os jovens para convidá-los a participar.

Durante a execução da pesquisa criamos um diário de campo (Freitas e Pereira, 2018) para anotar todas as impressões no contato com o campo, sinalizar as mudanças metodológicas, bem como situar o contexto de coleta de dados por meio das entrevistas. A entrevista em história oral permite construir como os participantes veem e vivenciaram determinado contexto histórico e cultural e, a partir disso, construir outras versões sobre determinado período e/ou tema (Alberti, 2013). A partir da história de vida dos participantes e, tendo como foco o tema vivência familiar, utilizamos o tipo história de vida e temático (Meihs e Holanda, 2007, Alberti, 2013) nas entrevistas para que esses relatos tivessem como foco as famílias dos acolhidos e seus vínculos. Inicialmente foi pensado em três participantes para a pesquisa, o número de participantes parecia suficiente para atingir o ponto de saturação, que é definido ao surgir conteúdos comuns a essas trajetórias (Meihs e Holanda, 2007).

Contudo, no início da pesquisa na unidade masculina houve somente a participação de dois jovens e, por isso, pensamos na ampliação do convite para a unidade feminina. Entretanto, com a demissão da Técnica do local foi solicitado que aguardássemos a contratação de uma nova profissional e, além disso, o equipamento enviado para facilitar o contato com Kevin e Leo (o chip com pacote de dados e os fones de ouvido) não foram mais encontrados. Acreditamos que essa situação limitou a privacidade dos jovens para marcar as entrevistas e dos relatos daqueles que participaram, pois notamos pelos ruídos de fundo no áudio, como movimentação e fala de pessoas distantes, que os jovens provavelmente se encontravam nas Repúblicas no momento da entrevista. Além disso, após a contratação de nova funcionária e

iniciado o contato com ela para convidar as jovens, houve um caso de COVID-19 na unidade feminina, o que levou a outra suspensão de diálogo com as acolhidas para evitar novos casos no local. Assim, dado o cronograma de pesquisa, somado às situações anteriores e também com a preocupação de não sobrecarregar a nova Técnica do local, que estava conhecendo seu novo campo de trabalho, não foi possível construir outras possibilidades de convite com as jovens.

Na realização das entrevistas ao retomar o passado dos participantes, bem como os locais e pessoas que fizeram parte de suas histórias pessoais, se tornou inviável perguntar sobre datas, períodos, bem como outras interrogações específicas para se construir essa trajetória nos moldes mais tradicionais da história oral. Os diversos momentos de silêncio, respostas curtas, evasivas e, até mesmo, apontamentos dos próprios jovens que aqueles temas lhe causavam sofrimento sinalizaram que se tratavam de temas sensíveis conforme estruturado por Pérez-Tarres et al. (2019). Dado o contexto online - que inviabilizou maior aproximação com os participantes, como a proposta inicial de inserção contínua na instituição previa - a condução da entrevista em história oral se pautou menos em uma construção sistemática sobre aquele tema a partir da trajetória dos jovens.

Dessa forma, o relato se configurou a partir do que eles conseguiram compartilhar nesse contexto online de pesquisa e da relação que foi possível se estabelecer entre os participantes e os pesquisadores. O respeito aos limites dos participantes e do que eles relatam ou não também faz parte do fazer em história oral (Pollak, 1984), em primeiro lugar diz respeito a ética no encontro com outro e da construção de uma história a partir desse relato (Portelli, 1997). Aleksievitch (2016) nos trouxe um exemplo dessa prática em sua obra sobre o desastre de Tchernóbil, e como os relatos, cada um à sua maneira, demonstram como as pessoas viveram a partir dos fatos ocorridos e quais histórias são possíveis nesse contexto. Dessa forma, apesar de diferentes formatos de relatos, todos eles contaram a história de como foi vivenciar o desastre de Tchernóbil, o que não seria possível de saber por outras fontes (Aleksievitch, 2016). Portanto, apesar de não ter sido possível construir um relato pautado em datas, bem como contextos históricos marcados aos moldes preconizados em algumas obras (Alberti, 2013; Meihy e Holanda, 2007), podemos dizer que houve, na presente pesquisa, um fazer em história oral a partir do que esses jovens conseguiram dividir nesse contexto sobre suas histórias e com suas famílias. Moscheta e Ferreira (2020) sinalizaram que obter um resultado diferente do esperado pelo método diz respeito a um conteúdo que escapa ao controle e que tem algo a dizer sobre a sociedade, e não se atentar a isso contribui com um fazer ciência que emudece o que essas existências tem a dizer. Dessa forma, esses relatos possuem contribuições relevantes sobre a política, bem como sobre a história dessas pessoas que a acessam.

4.2 Resultados e Discussões

A partir da condução das entrevistas conforme explicitado anteriormente, não foi possível abordar datas, memórias de períodos específicos como preconizado pelo modelo clássico de história oral (Alberti, 2013) no relato desses jovens com suas famílias. Entretanto, as entrevistas suscitaram temáticas comuns, tanto pela semelhança de suas trajetórias de extensa institucionalização, quanto do foco da pesquisa no tema convívio familiar. Com a obtenção desses dados sistematizamos o agrupamento de suas falas segundo o método de análise de conteúdo (Silva e Fossá, 2015), em específico, a análise temática proposta por Gomes (2012). Dessa forma, as quatro categorias a seguir trouxeram conteúdos comuns sobre compartilhar suas trajetórias nos moldes da presente pesquisa, os vínculos e composição familiar desses jovens, o impacto da Pandemia de COVID-19 nessas vivências e a trajetória dos jovens nas Repúblicas. As categorias foram nomeadas como: Dificuldade/sofrimento de falar sobre sua história; Vínculos familiares; Efeitos da COVID-19 na convivência familiar, comunitária e trabalho; e Transição para as Repúblicas.

4.2.1 Categoria 1: *Dificuldade/sofrimento de falar sobre sua história*

A presente categoria foi formada a partir do agrupamento das falas dos participantes que se referiam à dificuldade em relatar suas trajetórias, expressando ou demonstrando o sofrimento provocado pela evocação ou pela reflexão sobre essas memórias. O incômodo se deve primeiramente sobre o falar sobre si e sua história e o quanto esse movimento diz respeito sobre a construção de si em determinado contexto histórico-social (Pollak, 1992). Trazer esse movimento para o contexto da pesquisa significa dizer que esses jovens, bem como suas famílias, são desvalorizados e estigmatizados pela sua vivência em abrigos (Carvalho, 2015), o que pode ter contribuído com o desconforto ao falar sobre esse período e ser afetado por essa mesma visão. Além disso, o próprio contexto de pesquisa com entrevista possui suas limitações e impasses, pois abordar “temas sensíveis” (Pérez-Tarres et al., 2019, p. 114) pode evocar mobilização de afetos (Sionek, Assis e Freitas, 2020, p. 10), o que na presente pesquisa é somada a extensas trajetórias de institucionalização e de embates das famílias (Martins e Mota, 2019).

Podemos citar como exemplo o início da entrevista de Leo, que após escutar a pergunta disparadora do estudo o participante ficou em silêncio, e logo após respondeu que “foi muito

difícil (fala de Leo) ”, permanecendo em silêncio novamente. Enquanto o participante Kevin, inicialmente, dissertou mais sobre sua trajetória:

Durante o momento institucional eu não tive muito contato com eles, foi.... Eles tiveram um problema familiar, e eles acabaram presos por causa de maus tratos aos filhos dele, no caso meu né. [...]. Não, no caso de acolhimento eu fui para o acolhimento aos 12 anos (fala de Kevin)

Ao ser solicitado a falar sobre esse período Kevin apenas respondia de forma afirmativa ou negativa, mencionando brevemente as rupturas com sua rede familiar: mãe, irmãos de parte paterna, pai e madrasta. Sobre essa dificuldade de abordar o assunto no contexto da pesquisa, a fala a seguir de Leo trouxe alguns vislumbres sobre a questão:

Mas se eu pudesse falar eu falava, mas foi muito difícil, nossa foi muito difícil, essas coisas que aconteceu foram muito bravas mesmo. [...] Desculpa porque tem coisa que eu não consigo falar pela internet, tem muita coisa que eu não consigo falar, que é difícil entendeu (Leo)?

Um ponto importante que essa dificuldade de falar sobre a história nos chama a atenção é que no contexto de Pandemia a pesquisa precisou ser executada de forma online, desde o contato com os jovens a entrevista e a concordância para realizá-la, o que possui respaldo da Resolução 510 de 2016 do Conselho Nacional de Saúde⁴ (Conselho Nacional de Saúde, 2016). Contudo, esse recurso pode ter contribuído para limitações e dificuldades no vínculo estabelecido para a realização da pesquisa, como pontuou Leo em sua fala e como notamos também em Kevin, que não comentou sobre sua trajetória no acolhimento. Para compreender sobre esse fato utilizemos a observação de Miller e Slater (2004) sobre a pesquisa online, que apesar de diferentes contextos e referenciais - pois os autores realizaram uma pesquisa etnográfica - suas reflexões nos permitem analogias com a presente pesquisa e seu contexto prático:

Há uma enorme diferença entre começar uma etnografia on-line a partir da pressuposição de que a Internet forma inerentemente relacionamentos “virtuais” e pode, portanto, ser estudada como um cenário autocontido (ignorando os “contextos” off-line), em oposição a descobrir – no meio de uma etnografia – que algumas pessoas estão tratando essas mídias como se fossem virtuais e fazendo tudo ao seu alcance para separar seus relacionamentos on-line daqueles off-line (Daniel e Miller, 2004, p. 46).

Devido ao contexto de Pandemia e às reformulações necessárias para não possibilitar a exposição ao contágio, e lembrando que todos os acolhidos compartilham do mesmo local de moradia, todo o contato com os jovens foi feito online. Dessa forma, não foi possível estabelecer uma relação mais próxima com estes, o que interferiu diretamente no tipo de vínculo e na

⁴ Segundo o artigo 15 da Resolução 510 de 2016 do Conselho Nacional de Saúde: “O Registro do Consentimento e do Assentimento é o meio pelo qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante ou de seu responsável legal, sob a forma escrita, sonora, imagética, ou em outras formas que atendam às características da pesquisa e dos participantes, devendo conter informações em linguagem clara e de fácil entendimento para o suficiente esclarecimento sobre a pesquisa” (Conselho Nacional de Saúde, 2016).

aproximação possível pelos meios digitais. Contudo, refletindo sobre as potencialidades da pesquisa no ambiente virtual (Mendes, 2009) o que vimos como dificuldade de falar sobre o tema, também pode ser analisado como facilidade em recusar a falar sobre, ou seja, o ambiente online pode ter propiciado a esses jovens maior espaço para a escolha do que compartilhar.

Dessa forma, o estudo nos aponta que a estruturação dessas relações exige proximidade com essa população, pois verbalizar sobre essas trajetórias também diz respeito a reviver sentimentos referente às suas vivências, o que deve ser feito a partir de um trabalho junto aos jovens. Outro exemplo dessa necessidade é a pesquisa de Sionek, Assis e Freitas (2020) com pessoas que tiveram experiência com luto e como o dizer sobre essa vivência mobilizou emoções. As autoras pontuaram que esse falar só foi possível com a relação estabelecida pelos pesquisadores, por meio de vários contatos, bem como a postura ética mediante a pedidos de desistência, solicitações de não falar sobre certos assuntos e a acolhida realizada frente à mobilização de afetos (Sionek, Assis e Freitas, 2020). Um dos participantes nos demonstrou como é importante um trabalho construído em conjunto para que este não seja uma nova dificuldade em suas trajetórias:

Eu já trabalhei bastante de, de quanto eu parei de ficar lembrando dessas coisas. [...] Nossa é muito difícil, me incomoda demais, eu fico doido. [...] Mas ela (o participante se referiu a uma Psicóloga que teve contato) só queria saber da dor entendeu e ela queria tirar isso de mim e eu queria falar isso no momento certo, mas ela queria que eu falasse, aí acabei que eu desisti de ir lá. [...] Mas eu tento, o meu caminho: é eu nunca mais me lembrar disso, e está me fazendo muito bem eu esquecer desses trem (fala de Leo)

Após a frase anterior de Leo, a entrevista com o participante foi encaminhada para seu encerramento, objetivando preservá-lo. Além de sinalizar os limites no contexto da pesquisa essa última fala nos trouxe uma importante reflexão enquanto pesquisadores, de uma escuta que tenha a sensibilidade de criar espaços de fala respeitando-se o limite do sujeito frente a sua história (Pérez-Tarres et al., 2019). Como exemplo citamos a devolutiva com Kevin, planejada a partir da proposta de restituição de Ignácio e Cavour (2008), ou seja, de um momento que envolva o participante ativamente na construção e interpretação dos dados fornecidos. Ao apresentar os resultados da pesquisa, bem como abrir o diálogo para comentários, críticas e sugestões, o jovem nos sinalizou sobre sua surpresa de como conseguiu compartilhar sobre suas vivências, mencionando que em outros espaços, inclusive com outros profissionais da Psicologia, não foi possível essa partilha.

Em contraste, o participante Leo não nos retornou quanto ao convite de devolutiva, mas essa diferença entre os participantes nos sinaliza que também devemos construir espaços de esquecimento, respeitando a vontade de calar, de não-falar sobre, pois em muitos casos esse

movimento pode ser necessário para que ele crie novas possibilidades de histórias de si mesmo (Pollak, 1984). Felman (2014) em sua análise da obra de Walter Benjamin aponta para o emudecimento em situações traumáticas, a autora sinaliza para o caráter “inassimilável” (Felman, 2014, p.55) de acontecimentos ou acontecimentos que inviabilizam a construção de sua narrativa. Além disso, o silêncio também pode sinalizar um movimento de resistência de grupos marginalizados, de modo a preservar suas histórias e garantir a sobrevivência dessas lembranças (Pollak, 1984;1992). Suportar o silêncio parece ser uma tarefa mais desafiadora para o pesquisador do que para o entrevistado, que pode encontrar conforto em sua mudez.

Refletindo sobre as possibilidades de atuação profissional e no fomento de políticas públicas para essas trajetórias, sinalizamos que os profissionais dessas políticas devam ser sensíveis em suas aproximações. A Psicologia deve lembrar-se que sua ferramenta de trabalho é a palavra, mas que os silêncios ocupam igual relevância em sua atuação. A categoria a seguir trouxe a menção dos participantes de fragmentos sobre suas trajetórias com suas famílias, indicando inclusões e exclusões de pessoas a essa nomeação. A partir dessa tecemos sobre a necessidade da construção das políticas junto a essas famílias bem como as possibilidades para o acolhimento em República frente a essa e outras trajetórias e seus condicionantes.

4.2.2 Categoria 2: Vínculos familiares

Antes de apresentarmos as falas dos participantes na presente categoria - que abordou seus vínculos familiares e as pessoas que são nomeadas como parte dela - consideramos importante mencionar que não partimos de um conceito fechado e definidor do que é família. Conforme nos alertou Fonseca (2004) uma definição pode enrijecer as diversas configurações familiares e suas potencialidades, além da possibilidade de construção de novos espaços (Oliveira, Soares, Ferraz e Coelho, 2020). Em consonância com as autoras anteriormente mencionada, Soares e Chaves (2020) ao analisar medidas protetivas para crianças e adolescentes a partir da política de famílias acolhedoras, que se define como uma alternativa de acolhimento em ambiente familiar de caráter provisório para crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. As autoras pontuaram como definições enrijecidas do que é família contribui para estigmatizar modelos e práticas familiares, não somando as práticas de fortalecimento de vínculos com a família de origem bem como seus direitos e deveres.

O perigo de uma definição também é pontuado por Vieira (2019) que a partir de sua análise sobre documentos nacionais e internacionais que versam sobre o direito ao convívio familiar e comunitário analisou o caráter paradoxal deste direito. Segundo o autor, ao mesmo

tempo em que sua menção é acionada para garantir direitos e políticas para sua manutenção, também fundamenta práticas elitistas e racistas sobre as famílias que historicamente acessam a Assistência Social e, em sua maioria, se situam em condições próximas ou de extrema pobreza. Dessa forma, uma conceituação dessa natureza enclausura famílias em lugares que são historicamente construídos a partir de exclusão destas de acesso a seus direitos, e individualiza problemas sociais (Vieira, 2019).

Contudo, optar por um total relativismo impede tanto de fomentar políticas protetivas em caso de violação de direitos, como de assegurar que as famílias de origem continuem com seus filhos e tenham condições de superar dificuldades históricas e sociais (Soares e Chaves, 2020). Além disso, não podemos esquecer que o conceito de família nuclear fomenta tanto a visão social, e o ideal de família, como também influencia nas práticas familiares e é amplamente divulgado nos meios midiáticos como a forma correta de construir e viver família (Carvalho, 2003). Então, qual é o caminho a percorrer? No campo da Antropologia, as autoras Fonseca (2004) e Sarti (2011) em suas pesquisas etnográficas adotaram posturas epistemológicas descritivas e analíticas sobre o convívio, as redes de solidariedade e a partir de quais aspectos nos afastamos ou nos aproximamos de alguém como parte de nossa família. Dessa forma, é possível desmistificar as estratificações e uniformizações das discussões sobre classe e descrever determinadas realidades para que seja possível “o planejamento de políticas que atuem no campo da exclusão político e econômico dessas e outras realidades sem o viés moralizante (...)” (Fonseca, 2004, p. 208).

A partir desse viés, e com o intuito de trazer esse mesmo olhar para a Psicologia no campo da Assistência Social que convidamos esses jovens a compartilhar seus vínculos e quais possibilidades e intervenções podemos fomentar a partir desses relatos. Um exemplo é como as falas dos participantes não indicaram mudanças/promoção do convívio familiar durante suas trajetórias institucionais:

Hum, ah não mudou muita coisa não viu, continua a mesma coisa [longo silêncio após a frase]. Ih, aquela relação mais fraca sabe? [...]. É, não teve nenhuma mudança, não teve nenhuma mudança, não teve nenhuma mudança na relação deles não, continua do mesmo jeito. (fala de Leo)

Importante pontuar que as relações familiares e suas tensões também se inserem a partir de um contexto social que não favorece essas relações e a proximidade de seus membros dada as condições precárias de renda e acesso a direitos. Acosta e Vitale (2010) ressaltaram o quanto a luta pela sobrevivência, bem como a falta de direitos, pode criar e/ou acirrar conflitos existentes, além de minar diversas redes de solidariedade e também diminuir espaços de convivência cotidiana. As falas do participante Kevin também apresentaram conteúdo

semelhante, expondo que a falta de convívio com seus familiares durante o acolhimento institucional e a tensões que surgiram modificaram tanto as relações, quanto as pessoas que são consideradas como parte da família:

No caso comigo. E eu passei um bom tempo sem entrar em contato com eles. [...]. Não, não tem não [resposta para a pergunta sobre se sua mãe teria uma casa própria]. A casa que tinha que era dela e do meu pai, os meus irmãos tomaram posse né, porque no caso meu pai faleceu e não deixou nada pra nós, os filhos dele. E nisso meus irmãos tomaram posse. [...] A minha família? No momento? (fala de Kevin)

Portanto, não se trata aqui de culpabilizar as políticas de acolhimento, mas de trazer contribuições para sua efetivação bem como contextualiza-la socialmente, pois como salientou Moreira (2014) a política encontra dificuldades em se construir junto as famílias, o que pode reforçar dificuldades vividas anteriores à trajetória institucional. Cabe pontuar que esses impasses podem ter sido, inclusive, parte da motivação do acolhimento:

Ai tipo, ah eu vi que nada mudou que está do mesmo jeito, eles tratam eu daquele, do mesmo jeito que me tratavam antigamente. [...] Ah muitas coisa envolvida (longo silêncio). [...] Ah, é porque está tudo ligado a uma questão só, a um Xis né, aí fica meio difícil. (fala de Leo)

O participante Kevin também detalhou sobre esse aspecto, inclusive relatando os motivos de seu afastamento a determinadas pessoas de sua rede familiar:

E a gente, desde quando era pequeno a gente não se dava bem sabe? Ai a gente acabou que eu fiquei crescendo assim e eu não tive muito contato com eles, e por isso que eu não mantenho contato, por causa disso mesmo, já desde pequeno mesmo. [...] É um contato assim um pouco mais assim afastado por questões antigas também sabe? Igual, não é antiga, é por causa do momento assim da minha mãe e do meu pai, porque quando eles mais precisaram assim ninguém ajudou sabe? [...] É por isso que eu acabo afastando sabe, porque se está machucando a minha mãe está me machucando também, porque é uma que não deve de se fazer [silêncio após o final da frase]. (fala de Kevin)

Além de elucidar novos elementos a essas trajetórias familiares, ambos os relatos nos apontam que as políticas de acolhimento institucional para se constituírem enquanto garantia de direitos deve articular a participação das famílias. Ademais, é necessário que a rede socioassistencial a integre nas ações para a superação de motivos relacionados ao acolhimento. Ambos os participantes nomearam pessoas como parte de sua rede familiar, contudo para o participante Leo a temática possui diversos conteúdos sensíveis para ele, demonstrando brevidade em seu relato: Ah, tem hoje é minha prima, minha tia, a minha irmã, e as minhas duas tias são. [...]. Eu vou lá as vezes [fala dita de forma rápida]. Eu continuo indo... (fala de Leo). O participante Kevin também descreveu sobre sua rede, demonstrando que algumas cisões foram provocadas por falecimentos:

Assim, eu gostava muito da minha madrasta, só que hoje ela também ela faleceu. Só que igual assim: eu considerava ela muito como mãe porque ela me acolhia demais, mesmo os filhos dela não gostando da minha mãe, mesmo assim ela gostava demais de mim, e isso foi tipo uma retribuição minha também assim porque eu considerava ela como uma segunda mãe (fala de Kevin)

Inclusive a partir do acolhimento institucional o participante também nomeou pessoas que passaram a compor a sua rede familiar, o que nos faz pensar também em potencialidades desse espaço em somar na trajetória desses jovens:

[...] Ah, tipo, no acolhimento tem muitas pessoas assim: igual os educadores mesmo, que ajudam a gente demais, e tem uns que a gente até um contato com eles assim, que eles pegam um, tipo como que fala, uma aproximação da gente assim, que a acaba pegando tipo um pai e um filho. E tem muitos desses educadores assim que eu considero muito da minha família, que me ajudaram demais. [...]Não, é que tipo, eu ia falar que essas pessoas que dá pra sentar assim em um canto e conversar e desabafar sobre os problemas que a gente está passando, que a gente vai ver ali que vai dar uma ajuda, uma resposta assim, um ombro amigo para a gente sabe? (Kevin)

Dessa forma, notamos que a política também possui o potencial de acrescentar à trajetória dos acolhidos, o que inclusive poderia somar-se às questões familiares e comunitárias (Líbio e Zacharias, 2017). Castro, Caeiro e Ferreira (2020) teceram importantes reflexões sobre esse aspecto ao demonstrarem diversas mudanças em uma instituição de acolhimento no Distrito Federal, que contribui tanto para a permanência dos acolhidos, com histórico de evasão, quanto da aproximação da equipe técnica com estes. Apesar do estudo mencionar diversas hipóteses sobre esses resultados, os autores ressaltam que o maior investimento na infraestrutura do local, com maior possibilidade de lazer aos acolhidos, e remanejamento da escala profissional, devido aos riscos da Pandemia, permitiu que novos vínculos fossem estruturados a partir desses recursos e permanências. O relato do participante também indicou como a política permitiu a reaproximação de sua rede familiar, ação que foi continuada na política de acolhimento em República:

E esse período de, agora na República, eu tenho o contato muito com a minha mãe, porque meu pai faleceu e eu.... Agora eu me agarrei mais a minha mãe, porque ela está em um momento que ela precisa de mim, e eu estou mostrando isso que eu estou lá para ajudar ela nesse momento dela né? Tem sim, todo mês eu visito ela. Faço uma visita pra ela, duas ou três vez por mês assim. Porque também fica muito puxado porque tem as coisas de casa para eu fazer, mas o máximo que eu consigo de dar de atenção para ela eu vou lá, levo umas coisas que ela está precisando e tudo o mais. Tem uns três anos que a gente voltou a ter esse contato assim. Mais afetivo assim né, de mãe e filho. E eles começaram a me visitar no acolhimento, para tentar se desculpar né com o ocorrido né que tinha acontecido (fala de Kevin)

Contudo, os relatos de Kevin também nos apontaram que políticas públicas para as famílias são necessárias para além do espaço institucional, pois a retomada do contato com sua mãe, após a trajetória dela no sistema prisional apresentou dificuldades que persistiram:

Possibilidade até tinha rolado só que, foi por assim: conversando com psicólogos, com a Assistente Social da casa do acolhimento é que eu resolvi não morar com ela por motivos passados. Porque ainda, no meu pensamento assim eu ainda tenho um pouco de medo de acontecer a mesma coisa que aconteceu antigamente. Só que, hoje ela está em uma casa de reabilitação, de alcoólicos anônimos, para ela se recuperar, porque ela tem um problema com bebida, e nisso eu acho que ela saindo de lá recuperada eu acho que tem uma possibilidade de voltar a morar com ela (fala de Kevin)

Após relatar sobre o tratamento de sua mãe em uma possível comunidade terapêutica - devido a descrição de suas características e o regime de internação - o participante também mencionou dificuldades vividas por eles em relação ao próprio sustento, que se relaciona com as cisões comentadas anteriormente pelo participante:

Ela fica no próprio lugar mesmo que eles têm. É porque lá é uma fazenda sabe? Aonde que eles ficam, ai eles dormem e moram lá mesmo. Para eles não terem contato com aqui fora né, para eles não mexerem com bebida, essas coisas assim. Para não atrapalhar no tratamento. E ela vai ficar um tempo, ela vai ficar acho que uns nove meses, eu acho, e eu acho que dá até o tempo dela arrumar uma casa de aluguel porque ela não tem uma casa dela mesma para ir. E ficar assim na rua não dá, ela está preocupada nessa questão. Igual nesse momento: minha mãe está precisando muito de ajuda, e ninguém da família dela se disponibilizou para ajudar ela (fala de Kevin)

Soares e Chaves (2020) em seu texto mencionam a possibilidade de Guarda Subsidiada a partir do Programa Família Extensa Guardiã (Lei nº 11.220, 2020), que direciona a guarda à família extensa, bem como o direito ao auxílio para seus cuidados. A partir dessa política - que durante a pesquisa de Soares e Chaves (2020) era um Projeto de Lei - as autoras criticaram o fato de que para as famílias acolhedoras o subsídio pode somar até três salários mínimos, enquanto para a família extensa - além de ter por requisito renda *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo - o subsídio financeiro não ultrapassa um salário independente do número de acolhidos (Soares e Chaves, 2020). A partir dessas trajetórias pensamos como essas e outras políticas para as famílias de origem poderiam ser ampliadas para evitar mecanismos de exclusão (Soares e Chaves, 2020, p. 69). Essa manutenção na família extensa poderia ampliar o tempo que seus componentes usufruiriam para fundamentar laços mantendo a proximidade com os integrantes das famílias. Somado a essas reflexões, Kevin nos relatou no momento de devolutiva que durante sua trajetória no acolhimento institucional, foi orientado a ser encaminhado para a adoção, mas seu desejo era de retomar laços com sua família de origem. Essas e outras políticas para as famílias de origem poderiam ser um caminho para pensarmos ações de proteção nesses contextos.

Em consonância a essas reflexões, e conforme pontuou Fonseca (2004), os vínculos são formados e mantidos por dinâmicas construídas no fazer do dia a dia, o que nos alerta para a importância de políticas para essas famílias que permitam a vivência desta, pois trajetórias como as de Kevin e Leo não aparentam ser expressões particulares destes:

E agora assim no momento o pessoal aqui na República, que está ajudando aqui demais né, por ter conseguido essa vaga. E essa novidade né República pra gente. [...]. Não, é que eu ia falar que também tem umas pessoas aqui de moradores que também entende o seu ponto de vista. Porque querendo ou não já passou por coisa parecida. Ai tipo, é por isso que eu levo como membro da minha família. (fala de Kevin)

Dessa forma, a partir dos relatos anteriores pensamos se as políticas para essas famílias não evitariam trajetórias as quais diversas situações ainda são vividas tanto por acolhidos quanto por seus familiares, retroalimentando exclusão e desigualdade estruturais do nosso país.

4.2.3 Efeitos da COVID-19 na convivência familiar, comunitária e trabalho

Para a análise da presente categoria é necessário contextualizar a situação da Pandemia no Brasil. Uma diferença marcante em nosso país, além do aumento de casos bem como de vítimas da COVID-19 é o maior número de mortos jovens e negros, fato esse que se associa, dentre outros fatores, a maior exposição dessa população a informalidade do trabalho, aumentando a exposição ao contágio (Mesquita e Teixeira, 2020). Além disso, as diversas medidas do Governo nos trouxeram o negacionismo científico, a falta de acesso aos serviços de saúde, bem como o aumento da população ao contágio por falta de investimento nas políticas de bem-estar social e de manutenção do isolamento social, somando-se às desigualdades já vividas pela população pobre e negra (Gonzaga e Cunha, 2020).

Esses e outros aspectos da vivência da Pandemia e as desigualdades agravadas por ela também estão presentes nas falas do participante Kevin. Dessa forma, na presente categoria analítica se encontra o relato do participante sobre como a Pandemia impactou o convívio com as pessoas que fazem parte da sua família, as mudanças em sua situação laboral e o convívio com outros acolhidos da República. A primeira fala de Kevin, ao ser perguntado sobre o convívio com sua mãe durante a Pandemia, nos trouxe a importância de políticas públicas para o enfrentamento das desigualdades, pois ele relatou tanto a diminuição do contato com sua mãe quanto os recursos disponíveis para enfrentamento de suas dificuldades:

Consigo é igual eu visito ela uma vez por mês, por causa dessa pandemia né era mais tempo, eu acho que era umas duas ou três vezes por mês, não, duas vezes na verdade. Mas por causa da Pandemia diminuiu para uma vez, mas ela fala que tá se recuperando, que o pessoal está ajudando ela com esse vício, que lá é muito bom lá tem a Assistência Social, tem Psicólogo, até aula eles tem lá dentro. (fala de Kevin)

Essa frase ilustrou como a Assistência Social é um serviço essencial e a principal forma de combate ao agravamento das desigualdades, pois essa população foi excluída ao acesso aos diversos serviços essenciais à manutenção da vida (Fiocruz, 2020). Além disso, outro fato importante que o estudo citado nos atenta é que a população que acessa a Assistência Social também sofre com a exclusão digital (Fiocruz, 2020), o que restringe, por exemplo outras possibilidades de contato, conforme Kevin nos ilustra em sua fala: [...] Não [palavra anterior prolongada em sua pronúncia], antes disso nossa [palavra anterior prolongada em sua pronúncia] eu ia toda semana visitar ela (fala de Kevin). Esse fator também impacta no acesso

a outras possibilidades de atividade laboral, como o *Home Office*, além do aumento do desemprego e a redução dos direitos trabalhistas, gerando o deslocamento dos desempregados para os setores informais, que, atualmente, são geridos por aplicativos e considerados como serviços essenciais no contexto da Pandemia (Oliveira, 2020). Leite (2020) pontuou diversas medidas do Governo Federal que favorecem essa situação, tais como: a facilitação do processo de rescisão ou suspensão de contrato sem rendimentos e a falta de investimento em micro e pequenas empresas que são responsáveis por mais da metade dos empregos no país. Além disso, a autora também questiona sobre o *Home Office* e quais populações realmente tem acesso a esse modelo de trabalho e podem cumprir essas jornadas (Leite, 2020), ponto esse que Kevin nos relatou na fala a seguir:

Porque tem três aqui que estão desempregados, não mentira, deixa eu ver, mentira eu acho que é só um, só um, eu acho que é só um que está desempregado. Mas olha só pra você ver: os que estão trabalhando só tem um que está indo trabalhar, os outros estão tudo em casa. Por que? Porque esse ano não foi um ano produtivo para a gente. Porque igual: se for procurar algum trabalho, poucos trabalhos estão podendo ir para a empresa, a maioria é *Home Office*. E como você trabalha numa casa que só tem um computador pra seis moradores? Não tem como. [...]Não, no caso é, eu que sou o desempregado (fala de Kevin).

O participante ressaltou que continua buscando novo emprego, mas não consegue encontrar oportunidades de trabalho. A partir de seu relato vemos como a Pandemia impacta de forma desigual diversos segmentos sociais, somando não somente desigualdades anteriormente presentes como também diminuindo cada vez mais as perspectivas de novas construções. Além disso, as limitações da infraestrutura do local, que dificultam o exercício laboral remoto, podem ter influenciado também na participação de outros jovens a pesquisa. Como sinalizamos, alguns acolhidos demonstraram estar em atividade laboral no local e sem disponibilidade para a pesquisa. A tentativa desses jovens para atender esse modelo de trabalho sem as condições adequadas para cumpri-lo (Leite, 2020) pode ser observado também na última frase dita nessa categoria, que foi utilizada também como título do nosso presente trabalho, e trouxe a visão do participante sobre o período em que vivemos:

Sim, eu estava empregado, aí eles me demitiram justamente por causa dessa Pandemia. [...] Foi no começo da Pandemia, em Maio no começo do ano. Aí nisso eu estou procurando outro trabalho, só que tipo parece que ainda está um pouco difícil de conseguir. [...] No meu caso: como eu vou sair daqui ano que vem, se eu sáísse daqui em 2022, oh 21, é 2022.... Porque esse ano para a gente foi um ano perdido (fala de Kevin)

Necessitamos de políticas construídas para atender essa e outras populações com trajetórias específicas e que foram atravessadas por processos sociohistóricos de exclusão e de desigualdade específicos. Importante pontuar que o participante Kevin relatou, durante a devolutiva, que ficou feliz de participar da pesquisa e de acompanhar sua construção,

manifestando que foi ouvido, e que em sua percepção as políticas e quem as planeja não realizam essa escuta. Discursando a partir das políticas socioassistenciais - recorte da presente pesquisa - a categoria posterior nos auxiliou a tecer contribuições para pensarmos sobre o acolhimento em Repúblicas e sua inserção a partir de Kevin, Leo, e outras pessoas que a acessam.

4.2.4 Transição para as Repúblicas

Conforme as Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento as Repúblicas de Acolhimento Institucional são endereçadas a jovens de 18 a 21 anos egressos do acolhimento institucional que foram desligados da instituição devido à maioridade, isto é, não regressaram as suas famílias, possuem vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e não possuem meios para auto sustentação (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009, p. 94). Segundo levantamento do Censo 2019 do Sistema Único de Assistência Social (CensoSUAS) atualmente existem 40 unidades de Acolhimento em Repúblicas pelo país, as quais 28 dessas unidades foram implantadas de 0 a 5 anos e somente 34 unidades são exclusivas para egressos do acolhimento institucional (Ministério da Cidadania, 2020). Dessa forma, a partir desses dados observamos o quão recente são essas instituições e a importância de fundamentar reflexões para sua efetivação e atendimento a essa população.

Outro fato que reforça essa afirmação, por exemplo, é a recente implantação de uma unidade de acolhimento em Repúblicas no município de Pelotas no Rio Grande do Sul (Diário Popular, 2021). Além disso, no documentário de Dominici e Machado (2021) - que teve por foco jovens que completariam 18 anos no acolhimento institucional – muitos jovens entrevistados não conheciam sobre as Repúblicas e como poderiam acessá-las. Entretanto, outros jovens relataram o desejo de constituir moradia própria devido às Repúblicas apresentavam as mesmas regras e restrições presentes no acolhimento institucional (Dominici e Machado, 2021).

Para que seja possível refletir sobre a política a presente categoria analítica foi formada de relato dos participantes sobre a sua transição para o acolhimento em Repúblicas bem como suas vivências nesse espaço. Conforme nos indicou Ribeiro e Boto (2019), em sua pesquisa sobre transição de jovens acolhidos para a vida adulta, essas trajetórias são marcadas por longos períodos de institucionalização, o que nos sinaliza a importância das Repúblicas como uma possibilidade para os egressos. Sobre esse aspecto, encontramos também ressonância na fala de Kevin:

Não, foi assim: eu fiquei dos 12 aos 18 no acolhimento, e passando por casas né, por várias casas, e depois quando foi que eu cheguei aos 18 anos é que surgiu a oportunidade de estar vindo para a república. [...]Não, aí no caso eles conversaram com a Coordenação e a Coordenação passou para a gente que já estava na faixa dos 18 anos. [...]No acolhimento teve dois que veio comigo (fala de Kevin)

Contudo, a permanência dos jovens no acolhimento institucional e a sua ida para as Repúblicas também está relacionada com diversos fatores que excedem as políticas de acolhimento. A partir de Ribeiro e Boto (2019) que realizaram reflexões por meio de um Grupo Focal com egressos do acolhimento há poucas políticas para essa população, como acesso aos subsídios e à moradia, além do fato de que em algumas Repúblicas de São Paulo há requisitos para os jovens a acessarem, tais como ter condições de arcar parcialmente com as despesas do local. Esses dados são corroborados por Cassarino-Perez, Córdova, Montserrat e Sarriera, (2018) que indicaram em sua pesquisa bibliográfica a escassez, no Brasil, de políticas para egressos, bem como de criação de espaços para compartilhar essas vivências e de formar redes de solidariedade entre pessoas que compartilham de trajetórias semelhantes.

Esses espaços e suas potencialidades também foram sinalizados por Ribeiro e Boto (2019) em sua importância, pois são trajetórias muito solitárias. Moraes Martinez e Soares-Silva (2008) em seu estudo com egressos sinalizou que após saírem do acolhimento a falta de rede socioassistencial, de apoio, aliada à trajetória marcada pela tutela, promove que esses jovens se percebam sozinhos e realizando diversos arranjos para sobreviver. No estudo mencionado foi retratado um jovem que como único meio de moradia foi alugar uma casa de um cabeleireiro em que era cliente (Moraes Martinez e Soares-Silva, 2008). Apesar do participante Leo ter mencionado poucos detalhes sobre sua trajetória - pois como sinalizamos o assunto se mostrou sensível para o participante - sua fala também demonstrou os fatores mencionados, citando que sua transição para a República ocorreu por ele não conseguir manter um local de moradia:

Foi a mulher do abrigo que me falou. [...]. Eu tinha alugado uma casa. [Ao ser perguntado como o jovem foi para o acolhimento em República] Foi a dificuldade. [Frase dita após um período de silêncio]. Ah foi dificuldade tipo assim (fala de Leo)

Por meio desse relato, articulado com a bibliografia citada, nos interrogamos sobre se estamos produzindo autonomia a partir dessas políticas, pois em muitos pontos da entrevista com os participantes nos suscitou que ao invés de emancipação, eles se encontram em um fazer-sozinho:

Só que no caso também aqui você tem que ser.... independente. Porque no caso: se você chega na Coordenação você comenta com eles sobre o curso, ou sobre o trabalho e eles falam “legal, então você tem que procurar”. Então assim, eles não te dão meio que uma mão amiga, só tipo procura saber quanto que é o valor, aonde que é, para não ficar assim muito carregado, mas no mais é para a gente mesmo. Porque aqui a gente está aprendendo a ter uma vida independente. (fala de Kevin)

A partir desse contexto problematizamos o imperativo da idade nas políticas socioassistenciais que, dado o recorte etário das Repúblicas, pressupõe que aos 21 anos esses jovens terão construído sua autonomia. Cordeiro, Thomaz e Carvalho (2018), a partir de sua experiência em um acolhimento em Repúblicas em São Paulo, teceram exemplos de como a autonomia é algo construído em conjunto no e para além desses espaços, bem como de configurar as Repúblicas como uma rede de apoio para os acolhidos desligados. Nos questionamos em como potencializar essas experiências, pois como Leo nos sinalizou foram as dificuldades que o levaram às Repúblicas. Somado a elas e, como sinalizado por Kevin, temos o desemprego acentuado pela pandemia (Leite, 2020), a redução dos investimentos socioassistenciais (Gonzaga e Cunha, 2020) e a luta pela sobrevivência que diminui as possibilidades desses jovens e de suas famílias (Acosta e Vitale, 2010).

É importante nos atentarmos novamente para o fato que não se trata no presente estudo de apontar erros e acertos da política de República, pois é uma política nova em sua implantação e convive com todo os fatores ilustrados anteriormente de falta de investimento no SUAS. Além disso, foram acrescentados aos desafios vividos pelas políticas socioassistenciais os agravos pela Pandemia e a falta de ações governamentais de enfrentamento. Inclusive reforçamos que no decorrer da pesquisa houve demissões da equipe técnica da instituição e a contratação de nova profissional, o que impactou tanto na facilitação de novos contatos para participar na pesquisa quanto na vida desses jovens. Devemos sinalizar também que o participante Kevin mencionou que há diálogo e possibilidade de construção conjunta com a equipe do local. O entrevistado também nos pontuou que somente o ambiente institucional não consegue suprir as necessidades desses jovens, que tem suas vidas mediadas por desigualdades históricas e estruturais de nossa sociedade:

Está uma turbulência viu porque nossa, igual: no momento, assim, eu não sei o lugar certo para ir morar. Eu estava até olhando uma casa de aluguel e tal, mas só que igual os Educadores conversaram com nós: a gente bem que podia conversar com a Coordenação pra ver se é, eles meio que não colocam, não é que não colocam o ano no calendário mas tipo, porque esse ano foi um ano de dificuldade para todos nós[...] É sim, e eles até entendem, eles sentam e discutem com a gente as nossas propostas. Igual assim: isso é uma coisa que a gente tem que levar para ver se eles conseguem dar pelo menos um ano para a gente aqui (fala de Kevin)

Anterior à promulgação do Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, 2013), a extensão da proteção integral para crianças e adolescentes não se aplicava aos jovens. Contudo, no sistema socioeducativo, a permanência na medida de internação poderia se estender até os 21 anos de idade. Nos questionamos sobre a falta de ampliação das políticas de proteção, em detrimento da ampliação de políticas de punição (Pereira Junior e Colares, 2019). Conforme nos aponta Costa e Alberto (2021), no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) que

também deveria ofertar programas de acompanhamento para egressos do regime de internação (Lei nº 12.594, 2012), essas ações não ocorrem em diversas localidades. Diante do exposto, a extensão das práticas punitivas e com diversas violações de direitos (Costa e Alberto, 2021) parece ser garantida, o que não se aplica na ampliação de Repúblicas de acolhimento e outros programas para egressos, visto o pequeno número de unidades no país (Ministério da Cidadania, 2020).

A falta de políticas públicas para essa população também foi retomada na devolutiva de Kevin, que durante a explicação sobre a presente categoria sinalizou sobre o reduzido número de vagas e de Repúblicas. Ele acrescentou que algumas pessoas conhecidas também tiveram trajetória nas ruas após o desligamento do acolhimento institucional quando atingiram a maioridade. Talvez possamos inferir dessas informações que a ausência da política de acolhimento em Repúblicas, que não é uma realidade em diversos Estados e Municípios do país (Pereira Junior e Colares, 2019; Ministério da Cidadania, 2020) lança sujeitos em trajetória de rua para que tenham direito à moradia garantido ao serem inseridos em outras instituições após configurarem população de rua, o que torna a ampliação da política urgente e necessário.

4.3 Considerações finais

A partir do relato dos participantes foi possível conhecer suas trajetórias com suas famílias e as motivações, que segundo seus olhares, os levaram ao acolhimento institucional, indicando tensões e conflitos desse ambiente. Contudo, também foi relatado por Kevin a continuidade da retomada do convívio familiar com sua mãe durante seu período na república, o que nos chama atenção das potencialidades da política, a partir de um trabalho conjunto com os acolhidos (Cordeiro, Thomaz e Carvalho, 2018). Ressaltamos que como a pesquisa não foi realizada também com os profissionais não podemos dissertar sobre a instituição, porém a partir do relato dos participantes pretendemos tecer contribuições para essa política a partir destas trajetórias. Uma dessas contribuições diz respeito a sensibilidade necessária a essas trajetórias de forma que o trabalho com essa população não os exponha a novas violações (Pérez-Tarres et al., 2019). Além disso, apesar da impossibilidade do uso do método de história oral, conforme planejado inicialmente na pesquisa, seus resultados nos demonstraram como é importante tanto a constituição de espaço de escuta e de valorização dessas histórias, quanto de esquecimento, e que ambas as ações podem contribuir para o fomento de novas trajetórias (Pollak, 1992; Pollak, 1984). Além disso, o que escapa ao fazer do método possui o potencial de revelar mais sobre o contexto histórico e social ao qual se insere esse relato (Aleksiévitch, 2016), contribuindo para

fomentar mudanças sociais e também em reformulações do fazer ciência (Moscheta e Ferreira, 2020).

A permanência dos motivos que levaram ao acolhimento desses jovens parece se manter, em conjunto com novas desigualdades provocadas pela Pandemia e potencializadas pelo nosso governo Federal (Gonzaga e Cunha, 2020; Leite, 2020). Logo, além do combate as medidas atuais que provocam o desmonte do SUAS, temos que reafirmar a necessidade das políticas socioassistenciais se constituírem com e a partir dessas famílias. Nessa construção devemos nos atentar aos modelos elitistas, racistas, e classistas que guiam nossa visão de família (Carvalho, 2003; Sarti, 2011; Fonseca, 2004) que impedem a construção de políticas para essas famílias (Soares e Chaves, 2020). Além de contribuir para a criação de mecanismos para classificá-las, a partir de formatos que não contam suas histórias e particularidades (Dominici e Machado, 2021) e que cristalizam seus lugares de desigualdade e as desqualificam (Vieira, 2019). Esse cenário pode inclusive se relacionar ao fato de que as únicas garantias que temos a essa população é a extensão do sistema punitivo por cumprimento de medidas socioeducativas, e ser lançado a trajetória de rua devido à falta da efetivação de políticas de proteção e garantia de direitos (Costa e Alberto, 2021; Pereira Junior e Colares, 2019), que se materializa em poucas unidades de acolhimento em Repúblicas no país (Ministério da Cidadania, 2020).

Os resultados desses fatores emergem na trajetória dos jovens acolhidos na República, que veem suas possibilidades reduzidas, lidam com novas desigualdades, conflitos e podem ter muito mais do que um ano perdido. Dessa forma, se faz urgente pensar em como valorizar essas dinâmicas familiares em suas potencialidades e a partir de suas histórias, do apoio às políticas existentes para sua ampliação, bem como do fomento de políticas que atuem para além dos espaços institucionais. Ressaltamos esse dado para sinalizar o potencial de uma construção conjunta com essa população para que essas trajetórias não sejam solitárias, bem como para que a autonomia seja construída dentro e fora desses espaços. Leite (2020) dissertou sobre as medidas federais que aumentaram o desemprego no país e retiraram direitos trabalhistas, além de exigir um modelo de trabalho, o *Home Office*, que não é acessível a todos. Portanto, para garantir o auto sustento desses jovens, cumprindo um dos objetivos dessa política, é necessário reivindicar o acesso ao trabalho e das condições de exercê-los no contexto de Pandemia.

Cordeiro, Thomaz e Carvalho (2018) sinalizaram a desigualdade e a exclusão vividas por esses jovens além de dificuldades em decorrência das extensas trajetórias de institucionalização. Dessa forma, a autonomia não é algo possível se não houver rede de apoio que a sedimente, o que exige um trabalho em conjunto com esses jovens e uma instituição que se insira em suas trajetórias como referência de enfrentamento às práticas de segregação.

Contudo, como a pesquisa não ocorreu com os profissionais sinalizamos a necessidade de conhecer este trabalho também a partir destes, de forma a compreender as limitações de suas atuações e dos desafios para a implementação e execução dessa política pública.

No presente estudo - a partir da análise das falas dos participantes Leo e Kevin- podemos vislumbrar que suas trajetórias contem particularidades e semelhanças que podem ser vivências compartilhadas por outros moradores do acolhimento em Repúblicas. Contudo, devido às limitações metodológicas decorrentes do contexto da Pandemia não foi possível ampliar esse número de entrevistados e de instituições pesquisadas. O participante Kevin relatou que alguns acolhidos atualmente na República também conviveram com ele durante o acolhimento institucional, e por partilharem de trajetórias semelhantes fazem parte de sua família. Esse dado nos alerta que trajetórias como as dos participantes encontram eco em outras histórias, o que nos demonstra a importância da atual política, já que esses jovens não possuem condição de auto sustento. Essa situação foi relatada por Leo que tentou manter uma moradia de aluguel, mas as dificuldades o levaram ao local. Dessa forma, temos que apontar que a República é uma oportunidade para esses jovens tecerem novas trajetórias. No entanto, estas devem ser pensadas para além do espaço institucional, visando a promoção do direito à convivência familiar e comunitária.

Além disso, é crucial repensar o método de pesquisa que se atente ao conteúdo sensível dessas trajetórias (Pérez-Tarres et al., 2019) e que promova a aproximação com essa população para que se tenha o cuidado devido com a mobilização de afetos ao relatarem sobre seu passado sem contribuir com novas exposições (Sionek, Assis e Freitas, 2020). Outro ponto importante é que as pesquisas se atentem para a questão racial presente em nossa desigualdade, que não foi contemplado nesse artigo, mas se faz visível na população que acessa o SUAS e nas vítimas de COVID-19 (Gonzaga e Cunha, 2020). Esses fatores indicam a importância de evidenciar que a desigualdade é racial e estrutural da nossa sociedade (Castro, Caeiro e Ferreira, 2020; Gonzaga e Cunha, 2020; Moscheta e Ferreira, 2020), bem como os mecanismos que a perpetuam (Vieira, 2019). Dessa forma se faz necessário pesquisas que apontem essa realidade e fomentem lutas para que não repliquemos essa estrutura social.

4.4 Referências bibliográficas

- Acosta, Ana Rojas., Vitalle, Maria Amalia Faller (orgs.). (2010). Família: redes, laços e políticas públicas. 5. Ed. – São Paulo: Cortez: Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais – PUC/SP
- Agência Aracaju de Notícias. (2020). Inclusão: Prefeitura insere adolescentes acolhidos pela Assistência no mercado de trabalho. Recuperado em <https://www.aracaju.se.gov.br/noticias/76729>
- Alberti, Verena. (2013). Manual de história oral, (3a ed.) rev. atual. Rio de Janeiro, Editora FGV, 384p;
- Aleksiévitch, Svetlana. (2016). Vozes de Tchernóbil: Crônicas do Futuro. Companhia das Letras, 1ª edição, 384p;
- Assis, S. G. de; Farias, L. O. P. (2013). Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento. São Paulo: Hucitec, 367p.
- Carvalho, Juliana Castro Benício de. (2015). Trajetórias marcadas: histórias de vida de adolescentes com vivência de acolhimento institucional. 2015. XII, 306 f., il. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura) — Universidade de Brasília, Brasília. <http://dx.doi.org/10.26512/2015.06.T.19505>.
- Carvalho, Maria do Carmo Brant de (org.). (2003). A Família Contemporânea em Debate. São Paulo: EUDC/Cortez, 122p.
- Cassarino-Perez, Luciana, Córdova, Vitória Ermel, Montserrat, Carme, & Sarriera, Jorge Castellà. (2018). Transição entre o Acolhimento e a Vida Adulta: Uma Revisão Sistemática sobre Intervenções. *Trends in Psychology*, 26(3), 1665-1681. <https://doi.org/10.9788/tp2018.3-19pt>.
- Castro, Juliana de Arruda; Caeiro, Maria de Lima; Ferreira, Brígida de Freitas. (2020). Impactos da pandemia do novo coronavírus no acolhimento institucional público de adolescentes do distrito federal. Em: Guimarães, Ludmila de Vasconcelos M; Carreteiro, Teresa Cristina; Nasciutti, Jacyara Rochael (orgs.). (2020). Janelas da Pandemia. - Belo Horizonte : Editora Instituto DH, p. 373-384
- Cidade de São Paulo Assistência e Desenvolvimento Social. (2018). 6. República. Recuperado de https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/protecao_social_especial/index.php?p=28989.
- Conselho Federal de Psicologia – MG. (2020). Nota do CRP-MG sobre a atuação da Psicologia no SUAS no contexto da pandemia de Coronavírus de 31 de Março de 2020. Recuperado de <https://crp04.org.br/nota-do-crpmg-sobre-atuacao-da-psicologia-no-suas-no-contexto-da-pandemia-do-coronavirus/>.

- Conselho Nacional de Saúde. (2016). Resolução do Conselho Nacional de Saúde 510, de 07 de Abril de 2016. Recuperado de <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>.
- Cordeiro, Mariana Prioli., Thomaz, J., Carvalho, S. (2018). Proteção Social Especial: Apresentação da política e a efetivação do trabalho em um serviço de república jovem. Em: Cordeiro, M. P., Svartman, B., Souza, L. V de (orgs.). Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas. São Paulo: Instituto de Psicologia, p. 190-209.
- Costa, Cibele Soares da Silva., Alberto, Maria de Fátima Pereira. (2021). Projetos de vida de jovens egressos de medidas socioeducativas. Psicologia e Sociedade, v 33. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33221808>.
- Diário Popular. (2021). Pelotas inaugura República para jovens de 18 a 21 anos. Recuperado de <https://www.diariopopular.com.br/geral/pelotas-inaugura-republica-para-jovens-de-18-a-21-anos-161058/>.
- Dominici, Maíra (Diretora e Roteirista), Machado, Pedro (Diretor de Fotografia). (2021). “Meus 18 anos”: quando jovens precisam deixar os abrigos. Globonews, Documentário. Recuperado de <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/globonews-documentario/v/6219149/>
- Fávero, E.T.; Vitale, M. A. F.; Baptista, M. V. (2008). Famílias de crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam / Eunice Teresinha Fávero, Maria Amália Faller Vitale, Myrian Veras Baptista (orgs.). – São Paulo: Paulus.
- Felman, Shoshana. (2014). O Inconsciente Jurídico: Julgamentos e traumas no século XX. Editora Edrípro, 1ª ed, 256p.
- Fiocruz, Fundação Oswaldo Cruz. (2020). Orientações a trabalhadoras/es e gestoras/es do sistema único de assistência social (SUAS) para ações na pandemia do Covid 19. Ministério da Saúde, Fiocruz;
- Fonseca, Claudia. (2004). Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. (2a ed.) Porto Alegre: Editora da UFRGS, 245p
- Freitas, Mateus., Pereira, Eliane Regina. (2018). O diário de campo e suas possibilidades. Quaderns de Psicologia, vol 20, nº 3, p. 235-244. <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1461>.
- Gomes, Romeu. (2012). A análise de dados em pesquisa qualitativa. Em: Minayo, Maria Cecília de Souza (org.). (2012). Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. Editora Vozes, 18 ed, Petrópolis, RJ, p. 67-80
- Gonzaga, Paula Rita Bacellar, & Cunha, Vivane Martins. (2020). Uma Pandemia Viral em Contexto de Racismo Estrutural: Desvelando a Generificação do Genocídio Negro. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, e242819. Epub December 11, 2020. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003242819>

- Goulart, D. M. A. (2018). A pesquisa qualitativa em psicologia: contradições, alternativas e desafios. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 7(1):6-9.
<http://dx.doi.org/10.17267/2317-3394rpdsv7i1.1825>.
- Ignácio, P. S., Cavour, F. S. (2008). Os caminhos da restituição: a afirmação de outros modos de fazer pesquisa e de se fazer pesquisador. Em: Nascimento, M.L., Ayres, L., Coimbra, C.M.B. (Org.). *Pivetes: Encontros entre a psicologia e o judiciário*. 1ed. Curitiba: Juruá, v. 1, p. 70-76;
- Lei nº 11.2020, de 3 de março. (2020). Institui o Programa Família Extensa Guardiã. Prefeitura de Belo Horizonte, Minas Gerais. Recuperado de
<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1226206>.
- Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de. (2012). Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm.
- Lei nº 12.852, de 5 de Agosto de. (2013). Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Recuperado de
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm.
- Leite, Kelen Christina. (2020). A (in)esperada pandemia e suas implicações para o mundo do trabalho. *Psicologia & Sociedade*, 32, e020009. Epub 04 de setembro de 2020. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240215>.
- Líbio, Larissa, & Zacharias, Dulce Grasel. (2017). Voltando pra casa: a experiência do acolhimento institucional e os impactos na família. *Pensando famílias*, 21(2), 118-133. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2017000200010&lng=pt&tlng=pt. –
- Martins, Alberto MESAQUE., Mota, Valdirene Nunes. (2019). As percepções dos adolescentes acerca das vivências em acolhimento institucional. Em: Amorin, F. Z., Isabel, J. G. de S., Saadallah, M. M. (Orgs.). (2019). *O fazer da psicologia no Sistema Único de Assistência Social*. Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais, p. 64-79.
- Mendes, Conrado Moreira. (2009). A pesquisa on-line: potencialidades da pesquisa qualitativa no ambiente virtual. *Hipertextus*, revista virtual, n. 2, Jan. 2009. Recuperado de <http://arquivohipertextus.epizy.com/volume2/Conrado-Moreira-MENDES.pdf?i=1>.
- Mesquita, Juliana Schneider., Teixeira, Juliana Cristina. (2020) A naturalização do R.I.P. homem negro como principal grupo que morre por COVID-19 no Brasil: Os indícios interseccionais e históricos da manutenção de tecnologias de genocídio da população brasileira. Em: Guimarães, Ludmila de Vasconcelos M; Carreiro, Teresa Cristina; Nasciutti, Jacyara Rochael (orgs.). (2020). *Janelas da Pandemia*. - Belo Horizonte : Editora Instituto DH, p.341-358.

- Meihy e Holanda, J. C. S. B., & Holanda, F. (2007). *História Oral: como fazer, como pensar*. (2a ed.) Editora Contexto, 176p.
- Miller, Daniel, & Slater, Don. (2004). Etnografia on e off-line: cibercafés em Trinidad. *Horizontes Antropológicos*, 10(21), 41-65. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832004000100003>
- Ministério da Cidadania. (2020). Censo SUAS 2019 – Resultados Nacionais, Unidades de Acolhimento. Brasília, Coordenação-Geral de Planejamento e Vigilância Socioassistencial. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. Ministério da Cidadania. Maio
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2009). *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*. Brasília, DF: CONANDA/CNAS, 168p.
- Moscheta, Murilo S., Ferreira, Rodrigo Ramies. (2020). Falha, fratura, queda e perdição: pesquisar com métodos vulneráveis. Em: Moscheta, Murilo S., Souza, Laura Vilela e., Rasesa, Emerson F. (2020). *A dimensão política do pesquisar no cotidiano [recurso eletrônico]*. São Paulo, SP: Letra e Voz, 259p.
- Moraes Martinez, Ana Laura, & Soares-Silva, Ana Paula. (2008). O momento da saída do abrigo por causa da maioridade: a voz dos adolescentes. *Psicologia em Revista*, 14(2), 113-132. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682008000200008&lng=pt&tlng=pt. –
- Moreira, Lisandra Espíndula., Alves, Júlia Somberg., Oliveira, Renata Ghisleni de., & Natividade, Cláudia. (2020). Mulheres em tempos de pandemia: Um ensaio teórico-político sobre a casa e a guerra. *Psicologia & Sociedade*, 32, e020014. Epub Setembro 04. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240246>
- Oliveira, Flávia M. Uchôa de. (2020). Uberização, vidas entregues e Pandemia: E a Psicologia Social do Trabalho com isso? Vozes da Abrapso. Recuperado de https://www.abrapso.org.br/informativo/view?ID_INFORMATIVO=1015.
- Moreira, Maria Ignez Costa. (2014). Os impasses entre acolhimento institucional e o direito à convivência familiar. *Psicologia & Sociedade* [online], v. 26, n. spe2, 28-37. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000600004>.
- Oliveira, Lorena Forcellini; Soares, Laura Cristina Eiras Coelho; Ferraz, Arthur Colaço; Coelho, Renata Modestio. (2020). Dois pais e uma mãe? A (multi)parentalidade nas famílias recasadas sob a perspectiva da Psicologia social jurídica. *Estudos e Pesquisa em Psicologia* (ONLINE), v. 20, p. 30-52;
- Pereira Junior, A. J., & Colares, T. P. (2019). Direito fundamental à assistência social: conselhos gestores e serviço de república para egressos de unidades de acolhimento. *Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL]*, 20(2), 337–354. <https://doi.org/10.18593/ejll.19955>.

- Pérez-Tarres, Alicia, Espinosa, Leonor María Cantera, Santos, Karine David Andrade, & Silva, Joilson Pereira da. (2019). Consideraciones Metodológicas sobre Investigaciones Sensibles en Metodología Cualitativa. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(spe2), e225746. Epub Novembro 14. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003225746>
- Pollak, Michael. (1984). Memória, esquecimento, silêncio. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n° 3, p. 3-15. Recuperado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>.
- Pollak, Michael. (1992). Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212. Recuperado de <http://www.pggedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>
- Portelli, A. (1997). Tentando aprender um pouquinho: Algumas reflexões sobre a ética na história oral. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v 15. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11215>
- Prefeitura de Aracaju. (2020). Site oficial. Recuperado de <https://www.aracaju.se.gov.br/>.
- Prefeitura de Fortaleza. (2020). Catálogo de Serviços – Adolescente Cidadão. Recuperado de <https://catalogodeservicos.fortaleza.ce.gov.br/categoria/social/servico/247>.
- Prefeitura de Manaus. (2014). Prefeitura investe em novas unidades para fortalecer Rede Socioassistencial. Recuperado de <https://www.manaus.am.gov.br/noticia/prefeitura-investe-em-novas-unidades-para-fortalecer-rede-socioassistencial-2/>.
- Prefeitura Municipal de Curitiba. (2020). Acolhimento institucional – República Pop Rua. Recuperado de <https://www.curitiba.pr.gov.br/servicos/acolhimento-institucional-republica-pop-rua/426>.
- Prefeitura Recife. (2020). Serviço de Acolhimento em Repúblicas. Recuperado de <http://www2.recife.pe.gov.br/servico/servico-de-acolhimento-em-republicas>.
- Prefeitura Rio. (2019). Sonho é para se realizar. Recuperado de <http://prefeitura.rio/assistencia-social-direitos-humanos/sonho-e-para-se-realizar/>.
- Prefeitura Rio. (2020). Do abrigo público rumo à Espanha. Recuperado de <http://prefeitura.rio/assistencia-social-direitos-humanos/do-abrigo-publico-rumo-a-espanha/>.
- Ribeiro, Ana Raquel Bueno Moraes; Boto, Lais Gonçalves. (2019). Mais autonomia, mais direitos. Pesquisa sobre modalidades de acompanhamento da transição de adolescentes e jovens do sistema de cuidados alternativos para a vida adulta na América Latina. Instituto fazendo história. Recuperado de <https://static1.squarespace.com/static/56b10ce8746fb97c2d267b79/t/5f15cfc1ba9c3e515a1e7225/1595264974294/Mais+autonomia%2C+mais+direitos.pdf>.
- Romanelli, B. M. B. (2013). O que é feito dos jovens? Dimensões psicossociais e educativas no processo de acolhimento institucional (Tese de Doutorado) Universidade Federal do

Paraná, Curitiba, PR, Brasil. Recuperado de <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/30049>.

Sarti, Cynthia Andersen. (2011) A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. (7a ed.) São Paulo: Cortez, 152p.

Silva, Andressa Hennig., Fossá, Maria Ivete Trevisan. (2015). Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. *Qualit@s Revista Eletrônica* vol.17. No 1. Recuperado de <http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2113/1403>.

Sionek, L., Assis, D. T. M., & Freitas, J. D. L. (2020). “Se eu soubesse, não teria vindo”: Implicações e desafios da entrevista qualitativa. *Psicologia Em Estudo*, 25. <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v25i0.44987>

Soares, Laura Cristina Eiras Coelho; Chaves, Ayla Bianca Silva. (2020). Família acolhedora e reintegração familiar: impasses e reflexões sobre a medida protetiva para crianças/adolescentes. Em: Soares, Laura Cristina Eiras Coelho; Moreira, L. E. . *Psicologia social na trama do(s) direito(s) e da justiça* (1a ed.) Florianópolis: ABRAPSO, 2020, p.45-78. –

Vieira, Alisson Tiago Gonçalves (2019). Biopolítica e o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária. 2019. 116 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS GERAIS

Na presente dissertação realizamos uma pesquisa que propôs problematizar as políticas socioassistenciais voltadas para a juventude e suas famílias e, em específico, abordar a vivência familiar dos jovens que possuem em suas trajetórias longos períodos de institucionalização e que atualmente acessam a política de acolhimento em República. Para alcançar esse objetivo realizamos considerações teóricas sobre a Assistência Social, e uma pesquisa de campo com jovens residentes do acolhimento em Repúblicas no segundo artigo.

No primeiro artigo discutimos como o conceito de juventude (Kehl, 2005; Groppo, 2000) pode contribuir para homogeneizar uma população e construir visões controversas como periculosidade e irresponsabilidade. A partir de Coimbra (2000) vislumbramos como percepções pejorativas e excludentes a essa população são construções empregadas majoritariamente as classes pobres e negras, que não possuem suas histórias contadas (Almeida et al, 2008) e são culpabilizadas pela desigualdade e exclusão que vivenciam. Dessa forma, raça e racismo (Mbembe, 2018a; 2018b) são questões centrais para evidenciarmos a desigualdade estrutural do país (Almeida, 2018) e situar a Assistência Social como principal forma de enfrentamento dessa situação (Conselho Federal de Psicologia, 2017) e no contexto atual de Pandemia (Fiocruz, 2020).

Na pesquisa de campo, presente no segundo artigo, vislumbradas (im)possibilidades do uso do método de história oral pautado em descrições minuciosas (Alberti, 2013) a partir do fazer pesquisa por meio online devido as restrições de contato na Pandemia de COVID-19 (Conselho Federal de Psicologia, 2020, Conselho Regional de Psicologia-MG, 2020) e do contexto institucional no qual se situam os sujeitos participantes. Essa limitação sinalizou a necessidade de contato pessoal para fundamentar relações (Miller e Slater, 2004), mas que não foram possíveis devido a exposição ao contágio dos participantes. Além disso, o conteúdo sensível das trajetórias desses jovens (Sionek, Assis e Freitas, 2020; Pérez-Tarres et al., 2019) nos trouxe importantes reflexões sobre o trabalho na Assistência Social que permita tanto o falar sobre, quanto o esquecer, para que seja possível construir novas trajetórias (Pollak, 1984; 1992; Felman, 2014). Os resultados também sinalizaram que aquilo que escapa ao fazer de um método diz respeito às vivências que são emudecidas socialmente, e que nas aparentes falhas de um método se encontram um espaço de escuta de trajetórias que contestam a ordem vigente (Moscheta e Ferreira, 2020; Aleksiévitch, 2016).

Dessa forma, é importante que a política se construa com esses jovens e suas famílias, que não os exponha às situações já vividas por eles fruto da desigualdade social do país (Acosta

e Vitale, 2010). Essa atuação evita que essas trajetórias sejam vistas de maneiras estereotipadas, estigmatizando as famílias e os acolhidos, incitando culpabilidades individuais e não contribuindo com o debate para a política a partir dessas trajetórias, como questionamos no documentário de Dominici e Machado (2021). Uma dessas possibilidades são ações de garantia de direitos com e a partir de suas famílias e seus vínculos, e de políticas que favoreçam essa rede (Soares e Chaves, 2020). Além disso, a autonomia deve ser algo edificado no fazer junto aos jovens (Cordeiro, Thomaz e Carvalho, 2018), inserindo as instituições como redes de apoio a essas trajetórias no e para além dos espaços institucionais. Outra discussão necessária à questão da autonomia diz respeito ao acesso ao trabalho, direitos trabalhistas e condições dignas de exercer o trabalho remoto durante o período de Pandemia (Leite, 2020). Sendo assim, evitamos expor esses jovens e suas famílias a trajetórias solitárias pela sobrevivência e isentando o Estado do seu papel (Vieira, 2019).

Frente ao desmonte da Assistência Social no contexto de Pandemia (Gonzaga e Cunha, 2020) - bem como outras medidas governamentais que contribuem para agravar situações de exclusão e desigualdade (Leite, 2020) - é crucial que investigações englobem a questão racial que está no cerne dessas desigualdades (Vieira, 2019). Apontamos que raça e gênero não foram contemplados na etapa de campo com os jovens, pois não sugeriram diretamente em seus relatos, contudo são questões essenciais para planejar políticas de enfrentamento da Pandemia e para o pós-Pandemia (Moreira, Alves, Oliveira e Natividade, 2020). O conceito de autonomia também poderia ser um eixo a ser aprofundando pensando em como essa noção se articula com a juventude e suas possibilidades e limitações (Cordeiro, Thomaz e Carvalho, 2018).

Além disso, é de suma importância ampliar a pesquisa para mais instituições, pois como identificamos, as informações - nos sites das prefeituras que consultamos sobre o acolhimento em República - são difusas, dificultando para os sujeitos tomarem conhecimento sobre a política, bem como acessá-la. No presente estudo não conseguimos obter retorno dos locais que tentamos contato, mas se faz importante repensar em formas de fazê-lo para tomar conhecimento de práticas (Cordeiro, Thomaz e Carvalho, 2018) e ampliar as contribuições e desfazer a ruptura entre campo e pesquisa. A partir de nossa experiência, pontuamos que a aproximação entre pesquisadores e participantes deve ser gradual, respeitando os limites e as possibilidades de cada local e contexto, de forma que não adotemos uma postura fiscalizatória e que pouco contribui para o debate e a ampliação das ações socioassistenciais. Além disso, esse trabalho é feito com pessoas e elas possuem suas trajetórias particulares a partir de um contexto sociohistórico que deve ser considerado.

Essa aproximação também pode contribuir para o fomento das políticas de garantia de direitos a essa população, previstas desde o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, 2013), mas que não são uma realidade no país (Costa e Alberto, 2021; Pereira Junior e Colares, 2019; Ministério da Cidadania, 2020). Além disso, nos questionamos por que essa ampliação se faz presente somente no sistema punitivista socioeducativo (Costa e Alberto, 2021), no qual a permanência do jovem na medida de internação pode se estender até os 21 anos (Lei nº 8.069, 1990). O sistema socioeducativo também convive com a falta de políticas para egressos do regime de internação, apontado por Costa e Alberto (2021) como instituições com a proposta de intermediar a garantia de direito na trajetória desses jovens e essenciais para evitar, por exemplo, trajetórias de rua.

Por fim, sinalizamos a relevância do planejamento metodológico de pesquisas com propostas de construção conjunta com seus participantes, como a proposta de devolutiva participativa de Ignácio e Cavour (2008). No período de devolutiva da pesquisa, que teve duração maior que a entrevista, foi possível para o participante conhecer e pontuar diversas questões sobre a análise de suas falas que foram acrescidas à discussão com sua devida autorização. Essa forma de pesquisar também deve ser pensada junto aos profissionais, que não foram contemplados na presente pesquisa, e que se faz necessário compreender as limitações, bem como as possibilidades de suas atuações e da atual política (Cordeiro, Thomaz e Carvalho, 2018). Além disso, sinalizamos a necessidade de ampliação das políticas assistenciais de forma que essas e outras histórias não tenham anos perdidos, e que o fazer da Psicologia e outros profissionais da Assistência Social se somem para modificar a realidade de nosso país e que outras histórias de convivência familiar possam ser construídas e contadas em um futuro próximo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS GERAIS

- Abramo, H. W; Branco, P. P. M. (2005) Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 447p.
- Acosta, Ana Rojas., Vitalle, Maria Amalia Faller (orgs.). (2010). Família: redes, laços e políticas públicas. 5. Ed. – São Paulo: Cortez: Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais – PUC/SP
- Alberti, Verena. (2013). Manual de história oral, (3a ed.) rev. atual. Rio de Janeiro, Editora FGV, 384p;
- Aleksiévitch, Svetlana. (2016). Vozes de Tchernóbil: Crônicas do Futuro. Companhia das Letras, 1ª edição, 384p;
- Almeida, A. M. de O.; Almeida, A. M. O.; Santos, M. F. S.; Porto, M. S. G, (2008). Juventude na mídia: violência e distinção social. Educação e Cidadania, v. 10, p. 1-16.
- Almeida, D. M. D L. de., Soares, L. C. E. C., Gianordoli-Nascimento, I. F. (2019). A Psicologia no Suas: reflexões sobre o atendimento a crianças e adolescentes em situação de negligência no PAEFI. Em: Amorin, F. Z., Isabel, J. G. de S., Saadallah, M. M. (Orgs.). O fazer da psicologia no Sistema Único de Assistência Social. Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais, p. 117-133
- Almeida, Silvio. (2018). O que é racismo estrutural? Belo Horizonte/MG: Letramento, 204p.
- Assis, S. G. de; Farias, L. O. P. (2013). Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento. São Paulo: Hucitec, 367p.
- Azôr, Ana Mafalda Guedes Cabral Courinha Vassalo., & Vectore, Celia. (2008). Abrigar/desabrigar: conhecendo o papel das famílias nesse processo. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 25(1), 77-89. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2008000100008>.
- Bardin, L. (2004). Análise de Conteúdo. (3a. ed.) Lisboa: Edições 70, 2004. 225p;
- Breakwell, G. M. (2010) Método de entrevista. Em: Breakwell, G. M; Fife-Schaw, C; Smith, H. & J. A. (Orgs). (2012). Métodos de pesquisa em Psicologia. Porto Alegre: Artmed. p. 238-259.
- Carvalho, Juliana Castro Benício de. (2015). Trajetórias marcadas: histórias de vida de adolescentes com vivência de acolhimento institucional. 2015. XII, 306 f., il. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura) — Universidade de Brasília, Brasília. <http://dx.doi.org/10.26512/2015.06.T.19505>.
- Cassarino-Perez, Luciana, Córdova, Vitória Ermel, Montserrat, Carme, & Sarriera, Jorge Castellà. (2018). Transição entre o Acolhimento e a Vida Adulta: Uma Revisão Sistemática sobre Intervenções. *Trends in Psychology*, 26(3), 1665-1681. <https://doi.org/10.9788/tp2018.3-19pt>.

- Coimbra, C.M.B. (2000). Classes Perigosas: Uma pequena genealogia. Em: Gina Ferreira. (Org.). (2000). Conversando em casa. Rio de Janeiro: Editora Sete Letras, p. 56-65.
- Conselho Federal de Psicologia. (2017). Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os. Brasília: CFP, 147p. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/publicacao/relacoes- raciais-referencias-tecnicas-para-pratica-dao-psicologao/>.
- Conselho Federal de Psicologia. (2020a). Coronavírus: cuidado com profissionais que atuam no SUS e no SUAS de 19 de março. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/coronavirus-cuidado-com-profissionais-que-atuam-no-sus-e-no-suas/>.
- Conselho Regional de Psicologia – MG. (2020). Nota do CRP-MG sobre a atuação da Psicologia no SUAS no contexto da pandemia de Coronavírus de 31 de Março de 2020. Recuperado de <https://crp04.org.br/nota-do-crpmg-sobre-atuacao-da-psicologia-no-suas-no-contexto-da-pandemia-do-coronavirus/>.
- Constituição da República Federativa do Brasil. (1988). Recuperado em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- Cordeiro, Mariana Prioli., Thomaz, J., Carvalho, S. (2018). Proteção Social Especial: Apresentação da política e a efetivação do trabalho em um serviço de república jovem. Em: Cordeiro, M. P., Svartman, B., Souza, L. V de (orgs.). Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas. São Paulo: Instituto de Psicologia, 260p.
- Costa, Cibele Soares da Silva., Alberto, Maria de Fátima Pereira. (2021). Projetos de vida de jovens egressos de medidas socioeducativas. Psicologia e Sociedade, v 33. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33221808>.
- Diário Oficial do Município. (2018). Processo nº 01.073286.18.26. Recuperado de <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1198233>.
- Dominici, Maíra (Diretora e Roteirista), Machado, Pedro (Diretor de Fotografia). (2021). “Meus 18 anos”: quando jovens precisam deixar os abrigos. Globonews, Documentário. Recuperado de <https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/globonews-documentario/v/6219149/>
- Fávero, E.T.; Vitale, M. A. F.; Baptista, M. V. (2008). Famílias de crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam / Eunice Teresinha Fávero, Maria Amália Faller Vitale, Myrian Veras Baptista (orgs.). – São Paulo: Paulus, 211p.
- Felman, Shoshana. (2014). O Inconsciente Jurídico: Julgamentos e traumas no século XX. Editora Edrípro, 1ª ed, 256p.
- Fernandes, R. M. C., Hellmann, A. (2016). Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil. Porto Alegre: Ed. UFRGS, (Coleção CEGOV : Transformando a administração pública), 320p.

- Fiocruz, Fundação Oswaldo Cruz. (2020). Orientações a trabalhadoras/es e gestoras/es do sistema único de assistência social (SUAS) para ações na pandemia do Covid 19. Ministério da Saúde, Fiocruz;
- Fonseca, Claudia. (2004). Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. (2a ed.) Porto Alegre: Editora da UFRGS, 245p
- Freitas, Mateus., Pereira, Eliane Regina. (2018). O diário de campo e suas possibilidades. Quaderns de Psicologia, vol 20, nº 3, p. 235-244.
<https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1461>.
- Gomes, Romeu. (2012). A análise de dados em pesquisa qualitativa. Em: Minayo, Maria Cecília de Souza (org.). (2012). Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. Editora Vozes, 18 ed, Petrópolis, RJ, p. 67-80
- Groppi, Luís Antônio. (2000). Juventude: Ensaio sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: Difel, 308p.
- Ignácio, P. S., Cavour, F. S. (2008). Os caminhos da restituição: a afirmação de outros modos de fazer pesquisa e de se fazer pesquisador. Em: Nascimento, M.L., Ayres, L., Coimbra, C.M.B. (Org.). Pivetes: Encontros entre a psicologia e o judiciário. 1ed.Curitiba: Juruá, v. 1, p. 70-76;
- Kehl, Maria Rita. (2004), A juventude como sintoma da cultura. Em: Novaes, Regina & Vannuchi, Paulo (orgs.). Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo, Perseu Abramo/Instituto Cidadania, p. 89-114.
- Lane, S e Bock, A. (2013). ABRAPSO: Uma história da Psicologia Social enquanto práxis. Em: Jacó-Vilela, A. M.; Rocha, M. L.; Mancebo, D. (2013). Psicologia Social: Relatos na América latina. São Paulo: Casa do Psicólogo, p.145-155.
- Lei nº. 8.069, de 13 de julho. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Recuperado em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm.
- Lei nº8.742 de 7 de dezembro. (1993). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Recuperado em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm.
- Lei nº 12.852, de 5 de agosto de. (2013). Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm.
- Lei nº 13.509, de 22 de novembro de. (2017). Dispõe sobre a adoção e altera a lei nº8.069, de 13 de Julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Recuperado em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113509.htm.

- Leite, Kelen Christina. (2020). A (in)esperada pandemia e suas implicações para o mundo do trabalho. *Psicologia & Sociedade*, 32, e020009. Epub 04 de setembro de 2020. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240215>.
- Líbio, Larissa, & Zacharias, Dulce Grasel. (2017). Voltando pra casa: a experiência do acolhimento institucional e os impactos na família. *Pensando famílias*, 21(2), 118-133. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2017000200010&lng=pt&tlng=pt. –
- Macêdo, O. J. V., Alberto, M. de F. P. (2018). Psicologia e direitos das crianças e adolescentes na Assistência Social. *Revista Subjetividades*, v. 18, nº 3. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v18i3.6362>.
- Mariano, Fernanda Neísa, & Rossetti-Ferreira, Maria Clotilde. (2008). Que perfil da família biológica e adotante, e da criança adotada revelam os processos judiciais?. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(1), 11-19. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722008000100002>.
- Martins, Alberto Mesaque., Mota, Valdirene Nunes. (2019). As percepções dos adolescentes acerca das vivências em acolhimento institucional. Em: Amorin, F. Z., Isabel, J. G. de S., Saadallah, M. M. (Orgs.). (2019). O fazer da psicologia no Sistema Único de Assistência Social. Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais, p. 64-79.
- Mbembe, Archille. (2018a). *Crítica da Razão Negra*. São Paulo: n-1 edições, 320p.
- Mbembe, Achille. (2018b) *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. (3a ed) São Paulo: n-1 edições, 80p.
- Meihy e Holanda, J. C. S. B., & Holanda, F. (2007). *História Oral: como fazer, como pensar*. (2a ed.) Editora Contexto, 176p.
- Miller, Daniel., & Slater, Don. (2004). Etnografia on e off-line: cibercafés em Trinidad. *Horizontes Antropológicos*, 10(21), 41-65. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832004000100003>
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2004). Política Nacional de Assistência Social PNAS. Brasília. Recuperado em https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2009). Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília, DF: CONANDA/CNAS, 168p. Recuperado em http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf
- Moreira, Lisandra Espíndula., Alves, Júlia Somberg., Oliveira, Renata Ghisleni de., & Natividade, Cláudia. (2020). Mulheres em tempos de pandemia: Um ensaio teórico-político sobre a casa e a guerra. *Psicologia & Sociedade*, 32, e020014. Epub Setembro 04. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240246>

- Moreira, M. I. C., Carellos, M. S. (org.). (2012). Famílias em vulnerabilidade social: é possível auxiliar sem invadir? 1. Ed. – Curitiba, PR : CRV, 116p.
- Moscheta, Murilo S., Ferreira, Rodrigo Ramies. (2020). Falha, fratura, queda e perdição: pesquisar com métodos vulneráveis. Em: Moscheta, Murilo S., Souza, Laura Vilela e., Rasesa, Emerson F. (2020). A dimensão política do pesquisar no cotidiano [recurso eletrônico]. São Paulo, SP: Letra e Voz, 259p.
- Novo, Helerina A., & Menandro, Maria Cristina Smith. (2000). Olhares diversos: estudando o desenvolvimento humano. Vitória: UFES. Programa de Pós-Graduação em Psicologia: CAPES, PROIN, 182 p.
- Pereira Junior, A. J., & Colares, T. P. (2019). Direito fundamental à assistência social: conselhos gestores e serviço de república para egressos de unidades de acolhimento. *Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL]*, 20(2), 337–354.
<https://doi.org/10.18593/ejll.19955>.
- Pérez-Tarres, Alicia, Espinosa, Leonor María Cantera, Santos, Karine David Andrade, & Silva, Joilson Pereira da. (2019). Consideraciones Metodológicas sobre Investigaciones Sensibles en Metodología Cualitativa. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(spe2), e225746. Epub November 14. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003225746>
- Perez, J. R. R., & Passone, E. F. (2010). Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, 40(140), 649-673.
<https://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742010000200017>.
- Pollak, Michael. (1984). Memória, esquecimento, silêncio. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, p. 3-15. Recuperado de
<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>.
- Pollak, Michael. (1992). Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212. Recuperado de
<http://www.pggedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>
- Portelli, A. (1997). Tentando aprender um pouquinho: Algumas reflexões sobre a ética na história oral. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v 15. Recuperado de
<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11215>
- Ribeiro, L. da C. (2008). A trajetória de vida de um jovem que vivenciou o rompimento dos vínculos familiares e um longo período de abrigo. Dissertação (Dissertação de Mestrado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Recuperado de
<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17936>.
- Rizzini, Irene., Rizzini, Irma.; Naiff, L., Baptista, Rachel. (2006). Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de Promoção do Direito à Convivência familiar e Comunitária no Brasil / Irene Rizzini; Irma Rizzini, Luciene Naiff, Rachel Baptista (coordenação). – São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF; Rio de Janeiro: CIESPI/PUC-Rio, 152p.

- Rizzini, Irma; Castro, Monica Rabello; Sartor, Carla Daniel. (1999). *Pesquisando: guia de metodologias de pesquisa para programas sociais*. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Ursula.
- Rizzini, I. (2003). *Vida nas ruas: crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?* Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 288p
- Sarti, Cynthia Andersen. (2011) *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. (7a ed.) São Paulo: Cortez, 152p.
- Santos, Gevanilda; Santos, Maria José P; Borges, Rosângela. (2005). A juventude negra. Em: Abramo, H. W; Branco, P. P. M. (2005) *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 291-302.
- Schucman, L. V. (2010). Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão. *Revista Psicologia Política*, 10(19), 41-55. Recuperado em 24 de outubro de 2019, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2010000100005&lng=pt&tlng=pt.
- Schucman, Lia Vainer., Martins, Hildeberto Vieira. (2017). A Psicologia e o Discurso Racial sobre o Negro: do “Objeto da Ciência” ao Sujeito Político. *Psicologia Ciência e Profissão*, Brasília, v. 37, nspe, p. 172-185. <https://doi.org/10.1590/1982-3703130002017>.
- Silva Junior, Paulo Roberto da, & Mayorga, Claudia. (2016). Experiências de jovens pobres participantes de programas de aprendizagem profissional. *Psicologia & Sociedade*, 28(2), 298-308. Epub 15 de março de 2016. <https://dx.doi.org/10.1590/1807-03102016aop001>
- Sionek, L., Assis, D. T. M., & Freitas, J. D. L. (2020). “Se eu soubesse, não teria vindo”: Implicações e desafios da entrevista qualitativa. *Psicologia Em Estudo*, 25. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.44987>
- Siqueira, A. C., Zoltowski, A. P., Giordani, J. P., Otero, T. M., & Dell’Aglío, D. D. (2010). Processo de reinserção familiar: Estudo de casos de adolescentes que viveram em instituição de abrigo. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 15(1), 7-15. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2010000100002>.
- Soares, Laura Cristina Eiras Coelho; Chaves, Ayla Bianca Silva. (2020). Família acolhedora e reintegração familiar: impasses e reflexões sobre a medida protetiva para crianças/adolescentes. Em: Soares, Laura Cristina Eiras Coelho; Moreira, L. E. . *Psicologia social na trama do(s) direito(s) e da justiça* (1a ed.) Florianópolis: ABRAPSO, 2020, p.45-78.
- Soares, L. C. E. C; Souza, F. H. O., Cardoso, F. S. (2015). Convivência familiar em três cenários: acolhimento institucional, famílias recasadas e violência doméstica. *PsicolArgum*. Jan./abr., 33(82), 01-16. <http://dx.doi.org/10.7213/psicol.argum.33.082.AO01>
- Soares, L. C. E. C., Moreira, L. E. (2020). *O que a Psicologia Social tem a dizer ao campo jurídico?* [livro eletrônico] (1a ed.) Abrapso Editora, 241p.

- Soares, L. C. E. C., Souza, F. H. O.(2016). Família de crianças e adolescentes acolhidos: desafios para a promoção do direito à convivência familiar. Anais do VI Seminário Internacional Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje. Rio de Janeiro, Editora Rede Sírius/UERJ.
- Vargas, Fundação Getúlio., Burocracia, Núcleo de Estudos da (orgs.). (2020). A Pandemia de COVID-19 e os profissionais da Assistência Social no Brasil. Recuperado de <http://blog.mds.gov.br/redesuas/nota-tecnica-profissionais-da-assistencia-social-durante-a-pandemia-de/>.
- Vieira, Alisson Tiago Gonçalves (2019). Biopolítica e o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária. 2019. 116 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Instituto de Psicologia, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

APÊNDICE A – SITES PESQUISADOS DAS CAPITAIS BRASILEIRAS

Capitais e Estados	Site da Prefeitura
Rio Branco (Acre)	http://www.riobranco.ac.gov.br/
Macapá (Amapá)	https://macapa.ap.gov.br/
Manaus (Amazonas)	https://www.manaus.am.gov.br/
Salvador (Bahia)	http://www.salvador.ba.gov.br/
Fortaleza (Ceará)	https://www.fortaleza.ce.gov.br/
Brasília (Distrito Federal)	http://www.df.gov.br/
Vitória (Espírito Santo)	https://www.vitoria.es.gov.br/
Goiânia (Goiás)	https://www.goiania.go.gov.br/
São Luiz (Maranhão)	https://saoluis.ma.gov.br/
Cuiabá (Mato Grosso)	http://www.cuiaba.mt.gov.br/
Campo Grande (Mato Grosso do Sul)	http://www.campogrande.ms.gov.br/
Bel Horizonte (Minas Gerais)	https://prefeitura.pbh.gov.br/
Belém (Pará)	http://agenciabelem.com.br/
João Pessoa (Paraíba)	https://www.joaopessoa.pb.gov.br/
Curitiba (Paraná)	https://www.curitiba.pr.gov.br/ (servidor fora do ar)
Recife (Pernambuco)	http://www2.recife.pe.gov.br/
Teresina (Piauí)	https://pmt.pi.gov.br/
Rio de Janeiro (Rio de Janeiro)	https://prefeitura.rio/
Natal (Rio Grande do Norte)	https://www.natal.rn.gov.br/
Porto Alegre (Rio Grande do Sul)	https://prefeitura.poa.br/
Porto Velho (Rondônia)	https://www.portovelho.ro.gov.br/
Boa Vista (Roraima)	https://boavista.rr.gov.br/
Florianópolis (Santa Catarina)	https://www.pmf.sc.gov.br/
Aracaju (Sergipe)	https://www.aracaju.se.gov.br/
Palmas (Tocantins)	https://coronavirus.palmas.to.gov.br/
São Paulo (São Paulo)	https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar, como voluntário, da pesquisa intitulada “Convívio familiar e institucionalização: vivência de jovens em um acolhimento em repúblicas”, conduzida pelo Mestrando Marco Aurélio Saraiva Carvalho, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Este estudo tem por objetivo principal compreender como ocorre o convívio familiar de jovens que vivenciaram longos períodos de institucionalização e que atualmente acessam a política de acolhimento em República em uma capital do sudeste brasileiro por meio do método história oral de vida e temática com jovens do sexo masculino que acessam a política de acolhimento em República em uma capital do Sudeste Brasileiro.

Você foi selecionado por ser um jovem que acessa a política de República. Sua participação nesta pesquisa consistirá em contar a sua história com aqueles que você considera sua família por meio de uma pergunta, que tem por objetivo conhecer a sua trajetória e os vínculos afetivos e familiares importantes para você nessa trajetória, que será realizado em um local a ser acordado entre pesquisador e participante. O pesquisador realizará a gravação em áudio da entrevista. Sua participação é voluntária. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará qualquer prejuízo. Informamos que os dados coletados no decorrer da entrevista não serão diretamente relacionados a quem os expressou, garantindo-se o sigilo quanto à identidade do participante e da instituição em que atua nas publicações referentes à pesquisa. Após a transcrição do material coletado na entrevista, o mesmo será transcrito e revisado em conjunto com o participante para seu consentimento quanto aos conteúdos transcritos, para posterior análise de forma qualitativa e os dados servirão para compor os resultados da pesquisa de modo geral. Os dados obtidos na pesquisa são confidenciais e não serão utilizados para outros fins. Todo material coletado durante a pesquisa ficará sob a guarda e responsabilidade do pesquisador responsável pelo período de 05 anos e, após este período, será destruído. Uma cópia da história oral realizada pode ser solicitada pelo participante em qualquer etapa da realização da pesquisa. Os resultados da pesquisa poderão ser conhecidos por meio de devolutiva, a ser combinada com o participante, na publicação da dissertação e em publicações posteriores. Os resultados da pesquisa poderão contribuir para a política de acolhimento em Repúblicas de forma a fomentar ações a partir da história de vida dos acolhidos e que contribua com a promoção e garantia do direito ao convívio familiar e promoção de autonomia.

Os possíveis riscos decorrentes de sua participação na pesquisa são o desconforto e/ou constrangimento em responder à entrevista semiestruturada. Caso isso ocorra, você tem o direito de interromper, desistir e manifestar, estando o pesquisador, que será um psicólogo, apto e preparado para o suporte e acolhimento emocional e psicológico que se fizer necessário no momento. A pesquisa não lhe acarretará despesas, e nada será pago pela sua participação nessa pesquisa. O desenvolvimento dessa pesquisa respeita a Resolução nº 466/2012 e 510/2016 do CNS-Conselho Nacional de Saúde (que estabelece as Diretrizes e Normas para a realização de pesquisas envolvendo seres humanos), e toda legislação vigente em nosso país. Além disso, os procedimentos utilizados por esta pesquisa seguem as normas estabelecidas pelo Código de Ética do Psicólogo, pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa e não oferecem risco à sua integridade física, psíquica e moral.

Em caso de necessidade de suporte psicológico, avaliado pelo profissional de Psicologia pesquisador, o participante será encaminhado para o Serviço de Psicologia Aplicada da UFMG.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável pela pesquisa. Seguem os telefones e o endereço institucional do pesquisador responsável (você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto, sua participação nele, agora ou a qualquer momento) e do Comitê de Ética em Pesquisa – COEP-UFMG, onde você poderá tirar suas dúvidas sobre aspectos éticos. Contatos do pesquisador mestrando: Marco Aurélio Saraiva Carvalho, aluno de Mestrado do Programa de Pós-Graduação na Faculdade de Psicologia e Ciências Humanas (FAFICH/UFMG), e-mail: aureliusds@gmail.com, (31) 97542-7351. Profa. Orientadora Dra. Laura Cristina Eiras Coelho Soares – (31) 994128511, lurasoarespsi@yahoo.com.br. Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com a pesquisadora responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UFMG.

Em caso de dúvidas relativas à ética na pesquisa, segue o contato do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais/COEP - UFMG – (31) 3409-4592 Av. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha Unidade Administrativa II – 2º andar – sala 2005 CEP: 31270-901- Belo Horizonte - Minas Gerais coep@prpg.ufmg.br

Declaro que li e entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa. Tive tempo suficiente para considerar a informação acima e tive a oportunidade de tirar todas as minhas dúvidas.

Assinando este termo de consentimento, eu estou indicando que eu concordo em participar deste estudo.

Belo Horizonte, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do Participante

Data: RG:

Professora orientadora Dra. Laura Cristina Eiras Coelho Soares

Pesquisador mestrando Marco Aurélio Saraiva Carvalho